

GABRIELA TEDESCHI CANO

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
DA ONU, A PARTIR DO RELATÓRIO DO
DESENVOLVIMENTO HUMANO 1990

PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNESP, UNICAMP E PUC-SP
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS

PUC-SP

SÃO PAULO
2006

GABRIELA TEDESCHI CANO

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO DA ONU, A PARTIR DO RELATÓRIO
DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 1990

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarim Wanderley.

PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNESP, UNICAMP E PUC-SP
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS

PUC-SP

SÃO PAULO
2006

Nada podemos esperar senão de nós mesmos.

General José Artigas (1764-1850)

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho teve a participação de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, deram-me estímulo e força em todas as fases do processo, desde o primeiro esboço do projeto até a última versão do texto da dissertação. Certamente não teria conseguido sem o seu apoio. Alguns não foram mencionados aqui, o que não os faz menos merecedores do meu reconhecimento e da minha gratidão.

Ao Prof. Luiz Eduardo Wanderley, meus sinceros e especiais agradecimentos pela paciência e atenção dispensadas a mim na orientação deste trabalho.

Ao Prof. Tullo Vigevani, pelo carinho de sempre, e especialmente pelas palavras encorajadoras que me fizeram e fazem acreditar e seguir em frente.

À Professora Janina Onuki e ao Prof. Reginaldo Moraes, pelos valiosos conselhos que só fizeram melhorar meu trabalho.

Ao apoio financeiro da CAPES, sem o qual a realização deste trabalho não seria possível.

A Andrea Piccini, pelo ânimo mesmo nos momentos mais difíceis, e pela companhia divertida de todas as horas.

À Patrícia Laczynski, pelo incentivo, e por sempre me ensinar muitas coisas, às vezes até sem saber.

Aos companheiros e companheiras da Prefeitura de Santo André, que, de uma forma ou de outra, acompanharam meu trabalho e esforço diários e me confortaram com suas palavras.

À Giovana Vieira, pela colaboração e solicitude no encaminhamento das questões relativas ao Programa San Tiago Dantas.

Aos colegas do Programa San Tiago Dantas, companheiros de inquietações, ansiedades e botecos.

A Paulo Pereira, amigo e colega não só de mestrado, pelas longas conversas, por ouvir meus desabafos.

A Antonio Josino Meirelles Neto, ou simplesmente Josino, pela amizade incondicional.

À Daniela Corrêa de Sequeira, por todos os momentos compartilhados, pelas gargalhadas, pela presença mesmo ao telefone e pelas dicas de quem esteve lá antes.

Às minhas amigas Adriana Campos, Anna Paula Pomarico, Carolina Toledo, Cristiana Ceschi, Ludmila Abílio, Mariana Giroto, Mariana Varella, Paula Sterzi e Tatianna Alencar, esse grupo tão especial que preenche meus dias.

Às minhas amigas Carolina Guimarães de Baptista, Fúlvia Reis de Oliveira, Juliana Villas Boas, Mariana Guimarães de Baptista, Maria Teresa Vichi e Marina Villas Boas, meu núcleo Ribeirão, minhas irmãs de república.

A Nicham Dichtchekian, (oni)presente em todos os momentos deste trabalho.

À minha irmã Marina e ao meu irmão Ricardo, meus fãs, meus ídolos, meu orgulho.

À Vó Izilda, meu amparo na grande metrópole, meu apoio na vida.

Aos meus pais, Cida e Djalma, minha segurança, minha referência, meu centro. Meus entusiasmados admiradores, sempre presentes na primeira fila.

Muito obrigada!

RESUMO

O tema desta dissertação diz respeito à concepção de desenvolvimento humano elaborada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), mais especificamente no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e difundida por vários países a partir do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano lançado pela instituição em 1990. Partindo do lançamento do referido Relatório, e de como o assunto ali foi entendido, tivemos como objetivo nesta pesquisa conhecer o conceito de desenvolvimento humano, suas origens e desdobramentos, e, com base no contexto internacional do período, elaborar uma reflexão sobre as razões que levaram a ONU a fazer a divulgação tanto do conceito de desenvolvimento humano quanto do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) justamente nesta época. Através da literatura consultada, foi elaborado um panorama das primeiras e principais teorias sobre o desenvolvimento, cuja análise teve início na década de 1940, e também foi possível apresentar a conjuntura internacional que se formava no primeiro momento do pós-Guerra Fria. Com este exercício, chegamos à conclusão de que o conceito de desenvolvimento humano da ONU e seu índice de quantificação, o IDH, apesar de representarem uma grande contribuição para o debate sobre desenvolvimento e para o aprimoramento dos dados estatísticos a respeito dos países, não deixam de carregar em sua formulação e aplicação a reprodução (ainda que para muitos de forma pouco explícita) das relações de poder existentes dentro da sociedade internacional.

Palavras-chaves: Relações Internacionais, Desenvolvimento Humano, Pós-Guerra Fria, Teorias do Desenvolvimento.

ABSTRACT

The subject of this work concerns to the conception of human development created by United Nations (UN), more specifically by United Nations Development Program (UNDP), and diffused through many countries beginning with the first Human Development Report launched by that institution in 1990. Starting from the release of that Report, and how the matter was understood, our objective in this work was to be acquainted with human development conception, its origins and outspread, and, based on the international context of that period, to elaborate a reflection on the reasons that guided UN to make a divulgation as much of the human development concept as the Human Development Index (HDI), exactly in these times. Through consulted papers, we elaborated a full view of a large area of the first and main theories about development, which analysis started in the beginning of 1940 decade, and, also, it was possible to present the international conjuncture that was being molded at the first moment after the end of the Cold War. In this assignment, we concluded that the concept of the UN human development and its quantification index, HDI, despite performing a large contribution to the discussion on development and to the upgrading of statistical data about countries, carries in its formulation and application the reproduction (even though, for many, in a not so expressed way) of power relations prevailing inside the international society.

Key words: International Relations, Human Development, Post-Cold War, Development Theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Metodologia.....	16
CAPÍTULO I – As Teorias Sobre o Desenvolvimento.....	18
O surgimento das teorias do desenvolvimento.....	21
A Economia do Desenvolvimento: erros e acertos.....	24
A América como modelo de desenvolvimento.....	34
A contribuição de Celso Furtado e outros autores.....	44
As insuficiências da teoria: pretexto para o surgimento da concepção de desenvolvimento humano.....	57
CAPÍTULO II – O Conceito de Desenvolvimento Humano da ONU.....	59
As origens do conceito.....	59
O contexto internacional.....	63
O lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano 1990.....	67
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	77

Desenvolvimento humano para quem?.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
ANEXO.....	106

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação diz respeito à concepção de desenvolvimento humano elaborada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), mais especificamente no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e difundida por vários países a partir do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano lançado pela instituição em 1990.

Para conhecer o conceito de desenvolvimento humano, acreditamos ser preciso, primeiramente, fazer um traçado das principais teorias sobre o desenvolvimento, cujo debate teve início na década de 1940. Com base nas informações que podem ser obtidas desse exercício, a compreensão sobre o processo do desenvolvimento e o que já foi tratado sobre o assunto possibilitam uma ampliação da visão a respeito do tema, bem como um apoio para a análise que pretendemos fazer acerca do conceito de desenvolvimento humano da ONU.

Além desse exercício, pensamos ser importante também compreender a conjuntura internacional da época em que o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano foi lançado. O fim da Guerra Fria apontou para mudanças no cenário internacional, principalmente no campo dos valores, e isso motivou a criação de uma nova agenda internacional, cuja preocupação passou a voltar-se mais para questões sociais.

Para a ONU, a concepção de desenvolvimento humano teve uma inflexão no sentido de colocar uma crítica à associação que geralmente é

feita, e amplamente aceita, entre desenvolvimento e crescimento econômico, por considerar seu caráter reducionista.

Ao mesmo tempo, esta concepção trouxe para o debate sobre o desenvolvimento um acento na dimensão social e no ser humano. Assim, de acordo com a definição de PNUD (1990: 33), o desenvolvimento humano

é um processo mediante o qual se oferece às pessoas maiores oportunidades. Entre estas, as mais importantes são uma vida prolongada e saudável, educação e acesso aos recursos necessários para se ter uma vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo.

Ainda segundo PNUD (1990: 34),

é óbvio que a renda é só uma das oportunidades que as pessoas desejariam ter, ainda que certamente muito importante. Mas a vida não se reduz somente a isso. Portanto, o desenvolvimento deve abarcar mais que a expansão da riqueza e da renda. Seu objetivo central deve ser o ser humano.

Desta forma, a ONU procura mostrar que o processo de desenvolvimento humano significa não apenas desenvolvimento para as pessoas, mas principalmente desenvolvimento pelas pessoas.

Nas palavras de Euzeby (s/d: 7),

apesar dos indicadores de desenvolvimento humano e de pobreza humana ainda estarem precisando de aperfeiçoamento, reconhecemos que possuem imensos méritos. Frutos de um importante trabalho de reflexão, inspirados pelo trabalho de A. Sen sobre a natureza e a dimensão do desenvolvimento, eles sublinham muito bem os diferentes aspectos e as finalidades de tal desenvolvimento. (...) Portanto, é importante que os indicadores desse tipo sejam acionados cada vez mais para evitar que a apreciação das performances dos países fique limitada à taxa de crescimento econômico e à evolução do PIB por habitante.

Além disso, como observa Echeverría (1996: 90), “nos últimos anos, uma ampla literatura técnica está colocando ênfase nos fatores humanos do desenvolvimento e também no ser humano como destinatário do progresso econômico”.

Evidentemente, como é possível observar, a definição de desenvolvimento humano é muito ampla. Deste modo, a ONU optou por usar apenas três variáveis para compor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado com o objetivo de medir e “comparar em conjunto o progresso econômico e social nos diferentes países” (MIQUEL, 1997: 11). Tais variáveis são: longevidade, conhecimento e nível decente de vida, escolhidas por representarem o que a ONU considera como elementos essenciais para a vida humana.

Outrossim, tais variáveis foram escolhidas porque, segundo PNUD (1990), não há como encontrar em todos os países analisados dados estatísticos de todas as possíveis variáveis que compõem o processo de desenvolvimento. Ademais, levou-se em conta que muitos indicadores

poderiam produzir uma imagem confusa, o que tiraria o foco principal da proposta de análise do processo em seu conjunto.

O IDH, então, além de apresentar-se como uma alternativa ao PIB para medir o progresso sócio-econômico relativo dos países nos níveis nacional e internacional, “habilita as pessoas e os seus governantes a avaliar permanentemente o progresso e a definir políticas de intervenção. Também permite comparações de experiências em diferentes países, estados e municípios” (PNUD/IPEA, 1996: 12).

Ciente de que existe um distanciamento entre o discurso formulado pelos organismos internacionais, que normalmente deve chegar a uma síntese entre posições muitas vezes divergentes, e as práticas seguidas pelos Estados nacionais, a literatura sobre o tema do desenvolvimento humano constata que o seu significado teve uma difusão ampla, principalmente através das publicações anuais do Relatório do Desenvolvimento Humano a partir de 1990.

Além das publicações dos Relatórios do Desenvolvimento Humano, o Ciclo Social de Conferências das Nações Unidas convocado pela ONU na década de 1990 também teve grande contribuição na difusão do conceito, uma vez que, segundo o próprio PNUD,

a formulação do conceito de desenvolvimento humano e sua divulgação pelo PNUD no início da década de 1990 estão, em boa medida, associadas ao Ciclo Social de Conferências da Organização das Nações Unidas realizadas nessa década, expressando ambas a retomada do debate sobre a natureza e o sentido do desenvolvimento (PNUD/IPEA, 1996: 3).

Em 1990, foi realizada a Cúpula Mundial sobre a Criança; em 1992, a Conferência do Rio de Janeiro, sobre meio-ambiente; a Conferência Mundial de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, em 1994; em 1995, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e a IV Conferência sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz; e em 1996, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos.

Como observa Alves (2001), tais conferências trouxeram para o debate temas que já vinham sendo discutidos em outras épocas, mas que, principalmente devido às características da sociedade internacional antes do fim da Guerra Fria, tinham uma importância menor na agenda internacional, antes voltada mais propriamente (e explicitamente) para questões de segurança e paz internacional.

Desta maneira, “essas conferências multilaterais legitimaram a presença na agenda internacional dos ‘temas globais’, antes reputados a matérias da alçada exclusiva das jurisdições nacionais” (ALVES, 2001: 31).

Partindo do lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990, e de como o tema ali foi entendido, temos como objetivo nesta pesquisa conhecer o conceito de desenvolvimento humano e, com base no contexto internacional do período, elaborar uma reflexão sobre as supostas razões que levaram a Organização das Nações Unidas a fazer a divulgação tanto do conceito de desenvolvimento humano quanto do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) justamente nesta época.

O que vamos procurar analisar é se e como a concepção de desenvolvimento humano da ONU pode, com efeito, trazer consigo, inteiramente ou em parte, um reflexo das relações de poder da sociedade

internacional, principalmente em função das características que a mesma adquiriria a partir da década de 1990.

METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa, realizamos amplo levantamento bibliográfico sobre o conceito de desenvolvimento humano, a partir das palavras-chaves:

- Desenvolvimento humano
- Organização das Nações Unidas (ONU)
- Relatórios do Desenvolvimento Humano
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além da pesquisa bibliográfica realizada em bibliotecas, o *website* da Organização das Nações Unidas (www.un.org) foi muitas vezes acessado.

Uma vez que estamos trabalhando com uma concepção de desenvolvimento, acreditamos também ser importante fazer um levantamento das teorias sobre o desenvolvimento, para o qual foi utilizada bibliografia referente ao assunto principalmente a partir da década de 1940.

Ainda, procurou-se fazer uma apresentação do cenário internacional do primeiro momento do pós-Guerra Fria, período que está sendo considerado em nossa pesquisa, a partir de literatura referente às questões de ordem internacional e difusão de valores e idéias.

CAPITULO I – AS TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Para chegarmos na análise sobre a concepção de desenvolvimento humano, que começou a ser elaborada no âmbito da Organização das Nações Unidas a partir da década de 1960, acreditamos que é importante para o nosso trabalho apresentarmos um panorama das primeiras e principais teorias sobre o desenvolvimento, cuja análise teve início na década de 1940.

De um modo geral, a temática do desenvolvimento já foi amplamente debatida e suas concepções permanecem polêmicas entre autores de distintas correntes teóricas: a) as que enfatizam apenas a dimensão econômica; b) as que focalizam seus efeitos sociais, como o conhecido desenvolvimento econômico e social; c) as que se centram nos atores que o realizarão, tais como o Estado, as elites, o Estado e a Sociedade Civil, dentre outros; d) as que mostram os obstáculos para a sua concretização; e outras mais.

Concomitantemente, surgiram divergentes interpretações sobre o significado de subdesenvolvimento, e, com relação à transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento e mesmo a existência ou não desta transição, diferentes formulações foram realizadas, cujas implicações práticas são igualmente divergentes.

Sendo assim, é possível dizer que, em relação ao que foi considerado por muitos autores como o processo de passagem de uma condição de subdesenvolvimento para uma condição de desenvolvimento em alguns países, podemos encontrar as seguintes interpretações:

- um processo gradual e lento de transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento;
- uma cadeia de saltos históricos: para uns, saltos quantitativos, para outros, saltos qualitativos;
- a passagem de uma sociedade tradicional, rural, para uma sociedade moderna, industrializada e urbanizada;
- a superação de uma fase de desenvolvimento capitalista dependente, para se atingir uma fase de desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado;
- o rompimento de uma situação de tipo colonial para um estágio de maturidade;
- o subdesenvolvimento entendido como uma situação histórica particular e não uma etapa necessária que todos os países devem passar para atingir o desenvolvimento, diferente dos padrões históricos assumidos pelos países hoje desenvolvidos;

e outras mais. *

* Citamos aqui alguns autores e outros serão apontados no decorrer do trabalho: Meier e Baldwin, 1968; Clark, 1960; Rostow, 1971; Lerner, 1958; Agarwala, 1963; Gill, 1965; Hagen, 1969; Hoselitz, 1964; Mc Clelland, 1968; Moore, 1966; Schultz, 1965; UNESCO,

Em nosso trabalho, vamos nos restringir a abordar a visão de alguns dos principais autores que discutiram o tema dentro do período anteriormente mencionado, já que a bibliografia sobre o assunto é muito vasta.

Além disso, nossa pretensão aqui é fazer tão-somente um apanhado geral da temática do desenvolvimento, com o intuito apenas de conhecer um pouco o que já foi debatido sobre o assunto, antes de entrarmos na discussão das origens do conceito de desenvolvimento humano e do conceito de desenvolvimento humano propriamente dito.

O exercício de reunir os principais autores que debateram a questão do desenvolvimento e apresentar de forma mais geral suas concepções já foi realizado por alguns autores. Deste modo, estas idéias serão retomadas inicialmente a partir dos trabalhos de Albert Hirschman (1982) e Reginaldo Moraes (2005). No intuito de completar este quadro analítico, faremos também referência à concepção de Celso Furtado (2000a), com alguns complementos de Samir Amin (1987) e Giovanni Arrighi (1997).

A escolha dos dois primeiros autores acima mencionados deveu-se ao fato de termos observado no trabalho dos mesmos alguns aspectos convergentes, uma vez que conseguiram reunir, a partir da ótica de diferentes autores, parte da história da evolução do pensamento em relação à questão do desenvolvimento, mais especificamente o período do surgimento de suas teorias.

1962; CEPAL, 1964; Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1965; UNESCO, Echavarría e De Vries, 1962; Gunder Frank, 1967; Cardoso, 1969; Costa Pinto, 1970 e 1970a; Furtado, 1964, 2000 e 2000a; Singer, 1970.

Devemos ressaltar que, no entanto, os referidos autores tiveram intuítos distintos para elaborar tal exercício, constituindo este o aspecto próprio da orientação seguida por cada um.

Enquanto Albert Hirschman (1982) procura com o seu trabalho trazer para a reflexão as possíveis razões do auge e declínio da economia do desenvolvimento, Reginaldo Moraes (2005) pretende chegar na análise da “teoria da modernização”, a qual considera complemento necessário da economia do desenvolvimento.

No caso de Furtado (2000a), procuramos trazer suas reflexões sobre a equação desenvolvimento e subdesenvolvimento, bem como um breve resumo sobre o planejamento do desenvolvimento.

Nosso texto ainda apresenta algumas perspectivas de outros autores, como forma de complementar as observações dos dois autores escolhidos como nosso ponto de apoio e base.

O SURGIMENTO DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Expressões tais como “países desenvolvidos”, “subdesenvolvimento” e “países em via de desenvolvimento” aparecem no quadro da ordem mundial que resulta do fim da Segunda Guerra Mundial, isto é, no período compreendido entre a década de 1940 e 1950, e passam também a estar presentes nas discussões e debates das organizações internacionais que começaram a despontar na época.

Assim, de acordo com Moraes (2005: 4), temos que,

desde o final da II Guerra Mundial, alguns termos e noções começaram a freqüentar o discurso das ciências sociais: subdesenvolvimento e terceiro-mundo, por exemplo. Outros tiveram seu significado inteiramente redefinido, quando não transformado em caso de disputa: desenvolvimento e modernização talvez sejam casos típicos.

À referência de que termos como desenvolvimento e modernização tenham se transformado, na época em questão, em caso de disputa, o autor esclarece:

disputa pelo seu próprio significado: o que é? O que implica, supõe ou propicia? Disputa pelo modo de construir sua identificação: como pode ser traçado seu perfil e medidas suas dimensões? Disputa pelos sujeitos/substâncias de quem ele pode ser atributo ou qualidade. Disputa pela unidade de análise: o quê/quem se desenvolve? Quem disso se beneficia? Disputa, enfim, pelas conclusões normativas: deve e/ou pode ele ser provocado ou acelerado? Como? (idem: 6).

Ainda, servindo de complemento à observação de Moraes, temos em Hirschman (1982: 5) que

a Economia do Desenvolvimento é uma área relativamente nova de investigação. Surgiu na geração passada, como subdisciplina da Economia, vista à distância por outras ciências sociais, com ceticismo e

desconfiança. Na década de quarenta, e particularmente na de cinquenta, observou-se grande expansão de idéias e modelos fundamentais, que dominaram a nova área e suscitaram controvérsias que muito contribuíram para o seu dinamismo.

Segundo Moraes (2005: 6),

o desenvolvimento é uma reencarnação – ou uma re-significação – de temas e problemas que eram ainda mais antigos na história da economia política. Progresso material e, mais emblematicamente, claro, “riqueza das nações”, já eram objetos, por excelência, da economia política clássica. Mas a reencarnação toma nova forma, em contexto tão rico, com a ascensão de um novo *hegemon* e invasão da cena internacional por algumas dezenas de “jovens países” constituídos pela descolonização do pós-guerra.

A ascensão dos Estados Unidos como nova potência hegemônica mundial e a independência de alguns países como conseqüências do fim da Segunda Guerra são, de acordo com Moraes, fatores “decisivos para explicar o surgimento das teorias do desenvolvimento e o tipo de teoria que ela demandou e/ou condicionou” (idem: 6).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e com a posição que os Estados Unidos a partir de então ocupava no cenário internacional, a política externa norte-americana passou a usar o destino manifesto do país como meio de intervenção para garantir que seu exemplo de nação fosse seguido. Logo, “a conjuntura constituiria, por assim dizer, uma janela de

oportunidade para que surgisse um dispositivo ideológico novo – o desenvolvimentismo” (MORAES, 2005: 7).

As teorias do desenvolvimento surgem então neste contexto, e é possível considerar alguns autores como exemplos das suas diversas correntes.

Enquanto Moraes (2005) segue por esta linha, Hirschman (1982) inicia a sua abordagem sobre o tema de um modo mais conceitual. Respeitando a ordem cronológica dentro da qual estes trabalhos foram elaborados, começemos então pela perspectiva de Hirschman (1982), para depois retomarmos Moraes (2005).

A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO: ERROS E ACERTOS

Informamos que todas as citações a seguir foram baseadas na obra “Ascensão e declínio da economia do desenvolvimento”, de Albert Hirschman, publicada em 1982. As demais citações, relacionadas a outros autores, foram devidamente indicadas.

Hirschman afirma que as idéias sobre o desenvolvimento, surgidas durante os anos 1940 e 1950, compartilhavam dois ingredientes básicos do campo da Economia, quais sejam, a rejeição do pressuposto da teoria monoeconômica e a aceitação do pressuposto de benefícios mútuos.

Segundo o autor, a rejeição do pressuposto da teoria monoeconômica está ligada à visão de que, para se realizar uma análise

econômica dos países subdesenvolvidos é preciso modificar alguns aspectos importantes da análise econômica clássica, já que esta última concentra-se nos países industrializados, e os países subdesenvolvidos possuem características econômicas distintas.

O pressuposto de benefícios mútuos, seguindo o pensamento do autor, é a afirmação de que as relações econômicas existentes entre os países industrializados e os países subdesenvolvidos podem configurar-se de forma tal que ambos se beneficiem.

Baseado nestes dois pressupostos, o autor traça uma tipologia das quatro posições que surgem da aceitação ou não dos mesmos. Desta forma, há

dois sistemas unificados de pensamento – a Economia Ortodoxa e o Neomarxismo – e duas outras posturas menos consistentes, que tendem portanto a ser relativamente mais instáveis: os pensamentos dispersos de Marx sobre as áreas ‘atrasadas’ e coloniais, de um lado, e a nova Economia do Desenvolvimento, de outro (HIRSCHMAN, 1982: 7).

O autor concentra sua análise nesta última, e afirma:

é fácil verificar que a conjunção das duas seguintes proposições: - a) certas características específicas da estrutura econômica dos países subdesenvolvidos tornam grande parte da análise ortodoxa inoperante e enganadora e b) há possibilidade de relações mutuamente benéficas entre países desenvolvidos e atrasados, podendo os primeiros contribuir para o desenvolvimento

dos últimos – foi essencial para o surgimento desta subdisciplina, onde e quando este se deu: a saber, nos países industriais avançados do mundo ocidental, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, em fins da Segunda Guerra Mundial (idem: 8).

Vale observar que a percepção de que estes países podiam desempenhar um papel positivo no processo de desenvolvimento da periferia mobilizou um grande grupo de economistas, considerados os pioneiros da economia do desenvolvimento: Arthur Lewis, Rosenstein-Rodan, Raganar Nurkse, Theodore W. Schultz, Gunnar Myrdal e o próprio Albert Hirschman.

Partindo primeiramente do pressuposto da inaplicabilidade da monoeconomia ortodoxa às áreas subdesenvolvidas, Hirschman afirma que

entre as várias observações que foram básicas para a nova Economia do Desenvolvimento e que – implícita ou explicitamente – favoreceram a consideração dos países subdesenvolvidos como um grupo *sui generis* de economias, duas principais se destacam: aquela relativa ao subemprego rural e a que enfatiza a síndrome da industrialização tardia (idem: 9).

O enfoque do subemprego rural como uma das características principais do subdesenvolvimento teve as contribuições pioneiras de Kurt Mandelbaum, Paul Rosenstein-Rodan e Raganar Nurkse, de acordo com os quais tal característica seria uma justificativa para a adoção de políticas públicas intervencionistas voltadas para a industrialização.

Entretanto, foi na obra de Arthur Lewis que a ênfase no subemprego rural como característica do subdesenvolvimento encontrou sua expressão mais efetiva. Segundo Hirschman,

Lewis conseguiu deduzir – de modo quase miraculoso e partindo apenas de uma simples proposição sobre o subemprego – um conjunto completo de “leis de movimento” para o país subdesenvolvido típico, bem como um amplo espectro de recomendações para a política econômica doméstica e internacional (idem: 10).

A industrialização tardia, que consistia para a Economia do Desenvolvimento na outra principal característica dos países subdesenvolvidos, apontava para um grande esforço no sentido contrário, ou seja, no sentido de promoção da industrialização nessas regiões. Tal esforço recebeu várias denominações dos autores, que Hirschman considera uma “competição de metáforas”:

“grande impulso” (big push, usado por Paul Rosenstein-Rodan), *“decolagem”* (take-off, de Walt W. Rostow), *“grande arrancada”* (great spurt, de Alexander Gerschenkron), *“esforço mínimo crítico”* (minimum critical effort, de Harvey Leibenstein), *“elos retroativos e prospectivos”* (backward and forward linkages, de Albert O. Hirschman) (idem: 12).

A discussão destes conceitos e as divergências entre os defensores e adversários da monoeconomia suscitaram no debate entre Rostow e Gerschenkron, no qual o primeiro autor sustentava a idéia de que o processo de desenvolvimento se dava de maneira igual em todos os países, independentemente do período em que os mesmos tivessem

iniciado o processo de industrialização, enquanto o outro autor defendia que poderia haver mais de um caminho para um país chegar ao desenvolvimento, uma vez que os próprios países ingressantes no processo de industrialização teriam inclinação para elaborar políticas e ideologias com esse fim.

Em relação ao pressuposto de benefícios mútuos, considerado por Hirschman o outro elemento componente das idéias sobre o desenvolvimento nas décadas de 1940 e 1950, tem-se a proposição

de que os principais países industriais poderiam dar uma contribuição importante, e mesmo essencial, ao esforço de desenvolvimento da periferia, através da expansão do comércio, das transferências financeiras e da assistência técnica (idem: 14).

Tal argumento fazia parte da chamada Economia do Crescimento, que,

embora tivesse sido criada com vistas aos países industriais adiantados, encontrou uma aplicação prática inicial nos exercícios de planejamento para países em desenvolvimento que se tornaram correntes nos anos cinquenta (idem: 14).

Entretanto, como o próprio autor coloca, a partir da observação de que o caminho para o desenvolvimento dos países era mais trabalhoso do que se presumia, a Economia do Desenvolvimento passou a receber algumas críticas.

Uma dessas críticas partiu dos chamados neomarxistas, que não só consideravam falha a análise da disciplina em relação aos países pobres, como também

afirmavam ser tão sério o problema que nada poderia modificá-lo senão a mudança total na estrutura sócio-econômica e nas relações com os países ricos; e que, portanto, as assim chamadas políticas de desenvolvimento apenas criavam novas formas de exploração e “dependência” (idem: 15).

Além disso, questionou-se o pressuposto dos benefícios mútuos, sob o argumento de que na realidade a distribuição dos ganhos com o comércio se dava de forma desigual, prejudicando os países pobres, essencialmente produtores e exportadores de matérias-primas e importadores de manufaturas.

Esta é a análise de Raúl Prebisch, que trabalha com a propagação da tecnologia moderna e a repartição dos frutos do progresso técnico. A partir desta análise, Prebisch (1983) destaca que a principal característica da economia é a coexistência de um centro, que comanda o desenvolvimento tecnológico, e uma vasta e heterogênea periferia. O tipo de relações que existem entre o centro e a periferia estaria na base do fenômeno de concentração de renda em escala mundial, que se realiza principalmente por meio da deterioração persistente dos termos do intercâmbio com os países periféricos.

Assim como Raúl Prebisch, Hans Singer e Arthur Lewis também compartilhavam da visão de que a distribuição dos ganhos com o comércio não era eqüitativa. Em função disso, estes autores defendiam como

objetivos principais das políticas de desenvolvimento o protecionismo e a industrialização.

Segundo Hirschman,

tanto os argumentos de Prebisch-Singer quanto os de Lewis demonstraram que, sem um Estado rigorosamente intervencionista na periferia, o centro seria inevitavelmente favorecido (idem: 16).

Contudo, estas teorias não conseguiram colocar o problema nos termos de que esta relação desigual de distribuição de ganhos configurava uma forma de exploração. Talvez Gunnar Myrdal, segundo o autor, tenha iniciado este debate ao apresentar o seu princípio da causação circular, o qual procurava entender a razão para disparidades de renda persistentes e crescentes entre os países. Para Furtado (2000), inclusive, o trabalho de Gunnar Myrdal foi de considerável importância para o avanço das idéias sobre o desenvolvimento.

De acordo com Hirschman,

o argumento de Myrdal sobre a possibilidade do maior empobrecimento das regiões e países pobres estava amplamente baseado na probabilidade de perda de pessoal especializado e outros fatores escassos e, também, na possível destruição de suas manufaturas e indústrias (idem: 17).

Hirschman, inclusive, seguia idéias semelhantes, e ambos tinham uma posição contrária à crença econômica tradicional de que o contato entre grupos distintos resulta sempre em progresso para todos.

Entretanto, em meados da década de 1960, surgiram alguns autores que, ao analisarem a relação entre os países ricos e os países pobres, tinham a percepção de não haver outra possibilidade senão o empobrecimento e a decadência em cada uma das fases da história da periferia. Um dos defensores desta tese, chamada de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, foi André Gunder Frank, além de alguns expositores da teoria da dependência.

Devido às dificuldades enfrentadas pela indústria de alguns países do Terceiro Mundo no período, a referida tese tinha como atribuição central uma crítica à industrialização, até então considerada o principal meio de emancipação dos países subdesenvolvidos.

Nas palavras de Hirschman,

tentou-se tirar partido desta situação para caracterizar o conjunto do esforço da industrialização como um fracasso total em vários aspectos: tal esforço estava “esgotado”, “distorcido”, carecia de integração, levava à dominação e à exploração pelas multinacionais em aliança com uma “lumpen burguesia” nacional, era excessivamente intensivo de capital e, portanto, sabotava o emprego e favorecia uma distribuição de renda mais desigual, ao lado de um novo e mais insidioso tipo de dependência não observado em qualquer período anterior (idem: 18).

Na mesma época, os economistas chamados neoclássicos começaram a manifestar-se contra as políticas de desenvolvimento que orientavam a industrialização para o mercado interno, sob o argumento de que tais políticas tinham como falha fundamental a má alocação de recursos.

Todavia, o maior alvo destas críticas não era exatamente a industrialização em si, mas a Economia do Desenvolvimento, que defendia a industrialização e neste momento era então responsabilizada pelo que tivesse dado errado em relação ao assunto.

Estas e muitas outras críticas dirigidas à Economia do Desenvolvimento, deveriam ter favorecido uma reformulação em sua estrutura, entretanto, pelo contrário, nenhuma síntese nova apareceu.

No início da década de setenta, começaram a surgir preocupações em relação à distribuição de renda e à formulação de políticas que aliassem objetivos de crescimento e distribuição. Houve um grande número de estudos ligados ao tema, dentre os quais Hirschman menciona os trabalhos de Albert Fishlow e Robert McNamara.

A renda *per capita* passou a ser o critério mais disseminado entre as organizações internacionais e os autores que estudavam a problemática do desenvolvimento, sendo que a baixa renda *per capita* identificaria os países subdesenvolvidos.

A primeira e mais ampla crítica feita a esse critério é o seu limitado poder explicativo. Uma de suas insuficiências está na omissão que faz da

divisão da sociedade em classes e de como é distribuída a renda entre elas ou entre as várias regiões de um país.

Assim afirma Córdova (1955:55): “A medida não toma em consideração como a renda se distribui entre as diversas classes e camadas da população, nem entre as diversas regiões de um mesmo país”. Outra insuficiência é apontada por Jaguaribe (1969), quando ressalta que tal critério tende a sobreestimar a influência da relação entre produção e população.

Entre seus efeitos práticos, é possível destacar que, por não diferenciar as estruturas das diversas civilizações, a tese da renda *per capita* determina a reprodução, nos países subdesenvolvidos, das organizações próprias dos países dominantes (ALDANA, 1968).

Nesta perspectiva, alguns exemplos podem ser encontrados, como nos relatórios do Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento, nos quais se defende que os países subdesenvolvidos devem passar pelos mesmos processos econômicos utilizados pelas nações capitalistas ocidentais mais desenvolvidas, assemelharem-se em sua estrutura social e, em certos casos, organizarem-se sob a mesma forma política (HOSELITZ, 1964).

Entretanto, segundo Hirschman, em pouco tempo a atenção voltou-se também para o nível absoluto de satisfação de necessidades entre os grupos mais pobres da população de um país, ou seja, para as necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, dentre outros. Sendo assim,

a anteriormente básica orientação da Economia do Desenvolvimento (a renda *per capita*) dissolveu-se em uma variedade de objetivos parciais, cada qual requerendo consulta a diferentes especialistas – em nutrição, saúde pública, habitação e educação, entre outros (idem: 22).

Logo, de acordo com o autor, a Economia sozinha não poderia dar conta deste novo desafio. O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é um exemplo, inclusive, dessa transformação: como indicador elaborado para medir a qualidade de vida dos países, seu cálculo é obtido a partir da média ponderada de indicadores de renda *per capita* real, nível educacional e longevidade.

A AMÉRICA COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A partir deste ponto do nosso texto, retomamos as idéias de Reginaldo Moraes (2005), e informamos que todas as citações a seguir foram baseadas na obra “Nota sobre a economia do desenvolvimento nos ‘vinte e cinco gloriosos’ do pós-Guerra”, publicada em 2005. As citações de outros autores foram devidamente indicadas.

Os economistas do desenvolvimento utilizavam a tradição da economia política para construir o quadro explicativo do atraso dos países. O autor concentra a sua análise no que ele chama de “economistas claramente ‘disciplinares’ e familiares ao *mainstream*, autores de livros-texto da profissão” (MORAES, 2005: 12).

Como afirma o autor,

para produzir um quadro intelectual que racionalizasse e justificasse as políticas de desenvolvimento e assistência técnica, a economia do desenvolvimento precisaria reconstruir a interpretação da história norte-americana, apresentada ou tacitamente suposta como o mais acabado dos caminhos para a mais moderna das sociedades modernas (idem: 13).

Desta forma, em 1951 os autores Norman Buchanan e Howard S. Ellis elaboraram, a partir desta perspectiva, um estudo sobre o desenvolvimento econômico, através do qual procuravam identificar as razões pelas quais o desenvolvimento acontece, e de que forma o mesmo se dá, bem como identificar os elementos que promoveriam ou impediriam uma nação de alcançar uma vida melhor para seus cidadãos.

Assim, através desta identificação dos fatores que promoveriam ou impediriam essa passagem, estes autores tinham como objetivo “ajudar a definir uma política norte-americana para reformar os países do terceiro-mundo, empurrando-os para o caminho do progresso” (idem: 25).

Destarte, impulsionar tais países para o progresso significava para os Estados Unidos garantir que os mesmos estariam protegidos de possíveis investidas soviéticas:

a emergência das nações jovens, fruto do processo de descolonização do pós-guerra e a afirmação dos EUA como potência hegemônica, confrontada com a fragilidade das nações européias (antigas matrizes dessas jovens

nações) ajudariam a explicar a tentativa norte-americana de manter os novos estados, de modo seguro e estável, na sua área de influência – e impedi-los de cair na órbita soviética (idem: 25).

Desta maneira, nasceu a chamada Teoria da Modernização, que consistia, nas palavras do autor, em

um extraordinário montante de reflexões que buscavam caracterizar o estado de subdesenvolvimento e os modos de superá-lo, administrar o difícil e perigoso período de ‘transição’ entre o tradicional e o moderno (idem: 25-26).

O surgimento de tal teoria teve como resultado uma “produção notada e deliberadamente normativa, no aconselhamento de reformas estruturais que deveriam ser introduzidas – por diferentes maneiras, aquelas que fossem possíveis – no terceiro mundo” (idem: 26).

Deste modo, a teoria da modernização representava “aquilo que se tinha como certo, no centro do mundo, sobre o caminho que deveriam seguir os países subdesenvolvidos para alavancar o crescimento auto-sustentado e o progresso político e social” (idem: 26-27).

Acreditava-se então que o desenvolvimento e a própria teoria da modernização poderiam ser formas não só de promoção de melhorias para tais países, mas também de controle – ainda que muitas vezes implícito – dos mesmos, principalmente no sentido de evitar o estabelecimento de novos focos comunistas no mundo, o que representaria uma ameaça à hegemonia dos Estados Unidos.

Buchanan e Ellis também se preocupavam com tal desdobramento, e justamente por isso destacavam a necessidade de uma decidida política norte-americana para o problema do subdesenvolvimento. A necessidade de tal política tinha ainda uma outra razão: “a crescente dependência de importação de bens essenciais, para a economia e para a segurança norte-americana” (idem: 28).

Tais preocupações denotavam, na realidade, o novo papel dos Estados Unidos no cenário internacional e o cenário internacional na definição do futuro americano, uma vez que

reconstrução da Europa e do Japão, desenvolvimento e estabilidade no Terceiro Mundo são parte fundamental do interesse americano. E o interesse americano é fator decisivo na forma pela qual se reconstruirá o mundo desenvolvimento e se reformará o mundo subdesenvolvido (idem: 29).

O trabalho de Buchanan e Ellis representa então uma forma de estabelecer um modelo para os países em desenvolvimento.

Contudo, é nesta mesma época que “a jovem disciplina (ou subdisciplina) lutava para construir sua identidade e enfrentava problemas típicos da infância ou adolescência: método e instrumentos de medida, definição de objetos, afirmação de axiomas” (idem: 29).

Conseqüentemente, são produzidos nesta década de 1950 livros-texto e manuais de ensino, de modo a revelar tanto tais inquietudes quanto apresentar novas descobertas. Moraes concentra sua análise em três trabalhos deste tipo, elaborados por importantes autores da área, quais

sejam, Gerald Meier e Robert Baldwin; Charles Kindleberger; Irma Adelman.

Em seu trabalho, Meier e Baldwin demonstram que é necessário especificar o que se concebe como pobreza para poder refletir sobre a caracterização do subdesenvolvimento.

No entanto, vale ressaltar que tais autores podem ser considerados pertencentes a determinado grupo de estudiosos do tema que não fazem distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico, dando a eles sentido semelhante ou mesmo de sinônimo. Para esses autores, um país “pobre”, “atrasado”, “subdesenvolvido” é aquele cuja economia cresce menos do que poderia crescer (MEIER e BALDWIN, 1968; AGAWALA e SINGH, 1963).

Assim, de acordo com este ponto de vista, o crescimento econômico ocorreria dentro dos mesmos modelos, tanto para os países desenvolvidos como para os subdesenvolvidos. Intrinsecamente, esta concepção prega que os mecanismos de crescimento são os mesmos, ocorrendo que nos países subdesenvolvidos há obstáculos impeditivos do desenvolvimento, que ali existem de forma manifesta, sendo necessário apenas eliminar esses obstáculos para que ele se realize.

Já Kindleberger trabalha com o tema da diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, e também com os aspectos não-econômicos do desenvolvimento econômico. Deste modo, o autor “acentua a importância decisiva das estruturas sociais para viabilizar e modelar (condicionar, em suma) o desenvolvimento econômico, entendido este, repetimos, como ‘crescimento + transformações estruturais’” (idem: 32).

Na coletânea de estudos organizada por Irma Adelman, são apresentados como determinantes do desenvolvimento econômico os recursos naturais e humanos, o capital, a tecnologia e a função do empresário, para depois serem examinados os fatores sociais e culturais, aspectos que também são explorados pelo autor Wilbert Moore, que afirma: “a expressão desenvolvimento econômico significa mudança estrutural além do simples aumento em produção” (MOORE apud MORAES, 2005: 34).

Concomitantemente aos estudos acima mencionados, temos já nesta época a preocupação da Organização das Nações Unidas em definir o conceito de desenvolvimento e as formas de um país alcançá-lo. Sendo assim, existia todo um esforço por parte da organização em proporcionar uma “assistência técnica-econômica destinada a fornecer aos países membros instrumental que permitisse construir quadros sinóticos da riqueza nacional e de seus movimentos” (idem: 36).

Tal esforço se dava muito em função da conjuntura que se estabelecia com o final da Segunda Guerra Mundial, afinal,

como se sabe, era preocupação central do pós-guerra, para a ONU e para a nova potência hegemônica, os EUA, a reconstrução da Europa e do Japão, bem como a garantia das condições para a estabilidade política e social nesses países. Mas, o problema das nações jovens (ex-colônias) e rejuvenescidas (os países descolonizados já no século XIX, como os da América Latina) – de sua ‘reconstrução’ econômica e do ‘nation building/state building’ – entraria rapidamente no rol das inquietações (idem: 36).

Assim, em 1951 é publicado pela ONU o relatório “Measures for the economic development of under-developed countries”. Tal relatório foi elaborado por um grupo de especialistas, dentre os quais é possível destacar W. Arthur Lewis e Theodore W. Schultz.

Um dos propósitos do referido relatório era apontar as pré-condições para alterar o quadro de subdesenvolvimento de um país, a primeira delas sendo que partisse do próprio povo a aspiração pelo progresso, cabendo às instituições dos países estimular tal aspiração.

Todavia, o texto sugere que para tanto é preciso ter cautela em relação às “filosofias de vida que apelam para valores sobrenaturais (other-worldly philosophies) ou que afirmem como legítimas práticas que induzam ao ócio e ao lazer”, fatores capazes de inibir o desejo pelo progresso (idem: 38).

Logo, segundo o pensamento de Moraes,

o trabalho dos reformadores envolveria portanto implantar uma educação e uma perspectiva experimental que desestimulassem as atitudes favoráveis ao ócio. A nova educação deveria ainda combater a descrença na possibilidade do progresso material (idem: 38-39).

O relatório tinha também como proposta uma agenda de política econômica dura, para, desta forma, conseguir impor o progresso.

Moraes também apresenta em seu trabalho os estudos individuais de W. A. Lewis, cuja teoria do desenvolvimento econômico tem como proposta “reconsiderar, em outros tempos, mas com a mesma ambição dos clássicos, aquilo que causa a riqueza das nações” (idem: 47).

Ao analisar as causas do desenvolvimento, seus condicionantes e o porquê das mesmas agirem de formas distintas nas sociedades, o autor aponta a necessidade de se analisar as sociedades que já chegaram ao desenvolvimento, para assim ser possível verificar as diferenças e desta forma “localizar pontos onde agir para mudar” (idem: 48). O autor todavia reconhece que uma mudança neste sentido seria problemática, uma vez que não só mexeria com a identidade das sociedades, como também implicaria em sua reestruturação.

Seguindo o seu propósito de analisar a fase inicial da economia do desenvolvimento, Moraes apresenta algumas considerações a respeito do trabalho de W. W. Rostow, conhecido pela sua teoria das cinco etapas do processo de desenvolvimento, sendo cada uma delas com conteúdo idêntico para todos os países, independentemente do momento em que cada qual se iniciou no caminho da industrialização.

Nas palavras de Moraes,

são muitas e conhecidas as interpretações históricas baseadas no escalonamento de etapas ou estágios – com a pretensão, declarada ou não, de autorizar modelos normativos. Adam Smith e seu rival germânico List, ambos, adotaram modelos analíticos fortemente ancorados nesse tipo de reconstituição – reconstituição que ocupa grande parte de seus principais tratados.

Desde seus trabalhos de juventude, Marx e Engels sugeriam a famosa seqüência dos cinco modos de produção, que seria transformada em cama de procusto por Stalin e pelo marxismo ortodoxo. Mas, mesmo em obra de maturidade, no prefácio d'*O Capital*, figura a idéia de “espelho” fornecido aos países atrasados por aqueles que já se haviam adiantado no processo de desenvolvimento capitalista (idem: 54).

Ao comentar sobre as concepções faseológicas do desenvolvimento, Furtado (2000a) também aponta a questão da herança historicista, a partir da qual foi possível criar tipos ideais de sistemas econômicos e imaginar que os mesmos fazem parte de uma seqüência de fases através das quais necessariamente passam todas as sociedades em sua evolução, o que denota claramente a influência das idéias de progresso iluministas.

Segundo Furtado (2000a), Adam Smith já dizia que a economia humana passava por uma seqüência de fases, que seriam reflexo da complexidade crescente obtida pela divisão do trabalho. List colocava que a evolução das nações se dava através da passagem da escravidão à atividade pastoril, à agricultura, à agricultura e manufatura, e às atividades mercantis. E também outros autores ligados à escola histórica faziam classificações semelhantes.

Porém, de acordo com Furtado (2000a), foi Karl Marx quem obteve mais êxito na elaboração de uma teoria histórica cujo fundamento consistia em uma sucessão de fases da organização da atividade econômica.

Contudo, a abordagem histórica do desenvolvimento e as informações que produzia ficaram restritas a um segundo plano, até que as

preocupações levantadas pelos problemas dos países subdesenvolvidos fizeram ressurgir o interesse por estudos de base histórica ligados às causas da riqueza e pobreza das nações.

Sendo assim, como afirma Furtado (2000a: 150),

começou-se, então, a especular sobre as condições que deve reunir um país para que sua economia se desenvolva de forma rápida e estável. Retomou-se a idéia de que o desenvolvimento se concretiza pela superação de uma série de fases, como numa carreira de obstáculos.

Retomando Moraes (2005: 54), de modo a complementar tal pensamento,

o processo especular é conhecido. Toma-se um modelo de sociedade e o caminho que se percorreu para chegar até ele. Lista-se uma série de fatores que parecem explicar a 'modernização' ou 'desenvolvimento'. Compara-se com a sociedade subdesenvolvida, localizando-se, a partir daí, os fatores ausentes e obstáculos, a eles atribuindo a causa do não-desenvolvimento.

Segundo Furtado (2000a), o enfoque faseológico teve grande contribuição para os estudos sobre o desenvolvimento, na medida em que esse tipo de análise apontou para o papel dos fatores não-econômicos presentes nos processo de desenvolvimento, bem como para as características específicas das economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Entretanto, devido ao seu caráter extremamente geral, tais abordagens tiveram seu valor diminuído.

Em conformidade com Furtado (2000a) a respeito do enfoque faseológico, Moraes (2005: 54) afirma:

útil como possa ser o exercício – e certamente foi – ele não nos deve ocultar seus problemas, incluindo o quanto condiciona e limita a imaginação na escolha de caminhos, políticas, mas também de modelos e *end-states*, projetos. O procedimento corre o sério risco de reduzir ou até eliminar a possibilidade de visualizar outros destinos e modelos. Ou outros caminhos para chegar a eles.

De acordo com Moraes, outros autores também reconheceram esse risco, dentre os quais ele destaca, inclusive, Albert Hirschman.

É possível dizer, então, antes mesmo de entrar na análise do conceito de desenvolvimento humano da ONU, que o que se observa a partir da revisão destas teorias sobre o desenvolvimento é que as mesmas trazem em sua formulação um modelo de sociedade – no caso, mais especificamente, a sociedade norte-americana – que deveria ser seguido pelos países. Sendo assim, cada uma, a seu modo, indica o caminho a ser percorrido para se alcançar o desenvolvimento, ainda que todos se dirijam ao mesmo ponto.

A CONTRIBUIÇÃO DE CELSO FURTADO E OUTROS AUTORES

Pela importância pessoal que adquiriu, nacional e mesmo mundial, vale uma referência especial a algumas idéias de Celso Furtado, ainda que já tenhamos citado passagens de sua obra nas páginas anteriores. Furtado foi um economista criativo e que teve papel fundamental no desenvolvimento brasileiro, tanto pelas obras que escreveu, quanto pelas

funções governamentais que ocupou (por exemplo, como membro do governo Goulart, cabe um destaque especial às suas propostas, contidas no *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, 1963-1965).

Mesmo considerando as variações de seu pensamento no decorrer de sua vida, procuramos resgatar aqui as idéias presentes em sua obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (2000a).

Para ele, o desenvolvimento econômico possui uma clara dimensão histórica, por conseguinte, cada economia enfrenta problemas específicos, mesmo que alguns sejam comuns a outras economias. O autor faz distinções importantes sobre as questões envolvidas nos planos – macroeconômico e microeconômico, bem como distinções expressivas nos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Nesta obra, é valiosa a síntese que apresenta dos modelos clássicos, dos enfoques analíticos sobre o processo de desenvolvimento, da compreensão desse processo em estudiosos de importância mundial.

Em um dos capítulos do livro, ele mostra as dificuldades de superação das chamadas correntes faseológicas e das estratégias para a superação do chamado dualismo-estrutural.

Comentando a posição defendida por Rostow, ele a resume apontando as “etapas de crescimento”, que se tornaram um modelo seguido por diversos planejadores, em múltiplas regiões do mundo. Na concepção de Rostow, a origem estaria na *sociedade tradicional* (“aquela cuja estrutura está determinada por funções de produção limitadas, fundadas na ciência e na tecnologia pré-newtonianas e em atitudes pré-newtonianas com respeito ao mundo físico”) (apud FURTADO, 2000a: 108). Uma segunda etapa se daria num processo de transição, variável

historicamente na Europa e em outras economias, acentuando a aplicação da ciência na produção, a expansão dos mercados e concorrência internacional, as pressões exógenas, o papel do Estado-nação.

A terceira etapa, difundida como a de decolagem (*take-off*), estaria ligada a um impulso interno (industrialização inicial, atuação de um aparelho político e social) e externo (mudanças nas relações internacionais, revolução etc.; este meio externo funcionaria como um catalizador). A quarta etapa se daria na marcha para a maturidade – “período durante o qual a economia aplica efetivamente a gama de técnicas modernas (para a época) ao conjunto dos seus recursos” (idem: 109). A quinta etapa se realizaria com o consumo em massa, dada a acumulação de riqueza que aconteceria.

Citando Raúl Prebisch, ele comenta que a característica principal da economia contemporânea estaria na coexistência de um *centro*, agente básico do desenvolvimento tecnológico, e uma ampla *periferia*.

Furtado critica essa estratégia das etapas, que teria apenas um caráter descritivo e uma base analítica limitada. Na seqüência, ele sinaliza para vários processos e ciclos da economia mundial, enfatizando: crescimento da renda monetária, planejamento (como coordenação das decisões que interessam ao conjunto da coletividade), produtividade econômica e social, comércio externo, livre concorrência (que exige “total regulamentação e estrito controle”; idem: 126), distribuição de renda, agentes econômicos (com destaque para o empresariado), potencialidades da industrialização, grandes unidades de produção, inovações tecnológicas, entre outros. “Como resultado a longo prazo dessa mutação, a economia mundial tendeu a dividir-se em três subconjuntos: um setor

industrializado, um outro setor de estrutura dualista influenciado pelo primeiro, e um remanescente de economias pré-industriais” (idem: 149).

No caso do subdesenvolvimento, ele sustenta que o “tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (idem: 154). As estruturas dualistas se manifestaram de modo que uma delas se organizava na base da maximização do lucro, e a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (idem: 154).

O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estágios. O caso mais simples é o da coexistência de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos. Caso mais complexo é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente, de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita a economia para desenvolver-se (idem: 161).

Considerando a importância de um tema muito debatido nos anos 1950 e 1960, focado na questão das possibilidades de um *planejamento do desenvolvimento*, cremos ser válido efetuar alguns comentários sobre o assunto, mesmo sem poder apresentar aqui toda a riqueza das propostas encaminhadas neste sentido. Como fonte, utilizamos a dissertação elaborada por Wanderley (1972).

Este autor fez uma análise do Plano Trienal, tendo como pano de fundo o seu equacionamento face a dois modelos, alvos de profundo debate naquela conjuntura: o de *desenvolvimento associado*, fruto do capitalismo dependente, que dependia, sobretudo, de recursos externos, e cuja base estava situada no desenvolvimento com estabilidade (o tema da inflação servia de mote para as discussões entre as várias correntes políticas); e o do *desenvolvimento autônomo*, que objetivava uma estratégia nacional desvinculada da dependência, com ênfase no social. Mesmo pretendendo defender, no limite, o desenvolvimento autônomo, mas como o combate à inflação era uma meta prioritária, os constrangimentos impostos pela realidade de então fizeram com que ele oscilasse entre os dois modelos, uma das causas de seu insucesso.

Naquele tempo, uma questão polarizava os economistas, governos e setores sociais em geral, com argumentos favoráveis e contrários que situavam em dois campos adversos os *monetaristas* e os *estruturalistas*. Wanderley (1972: 153) mostra as ambigüidades existentes no referido Plano, pois os analistas questionavam, com surpresa, “como a etiologia da inflação que aparece no Plano Trienal configura uma posição monetarista, sendo Furtado – o preparador do Plano – um ‘porta voz’ da corrente estruturalista”. Ou seja, controle da inflação, mas com desenvolvimento, dependente de mudanças macroeconômicas.

Dentre as distintas alternativas de desenvolvimento – estabilização monetária imediata, controle gradual da inflação, inflação acelerada, controle dela com mudanças no sistema político, alterações nos parâmetros do sistema capitalista –, a alternativa da estabilidade monetária imediata foi a opção mais rápida, mesmo que não fosse esse o seu “espírito”. Essa opção se identificava com as posições ortodoxas do Fundo Monetário Internacional, exemplificada com a experiência seguida pela

Argentina na ocasião. Para se ter uma idéia das propostas do Plano, fazemos aqui um breve resumo de seus objetivos básicos e os meios propostos para consegui-los:

Objetivos básicos

- 1) Assegurar uma taxa de crescimento de renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam, na época presente, o povo brasileiro. Essa taxa foi estimada em 7 por cento anual, correspondente a 3,9 por cento do crescimento *per capita*.
- 2) Reduzir progressivamente a pressão inflacionária, para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços, cujo incremento não deverá ser superior, em 1963, à metade do observado no ano corrente. Em 1965, esse incremento deverá aproximar-se de 10 por cento.
- 3) Criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com taxa pelo menos idêntica à do aumento da produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida.
- 4) Intensificar substancialmente a ação do Governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica, e da saúde pública, a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento e de permitir o acesso de uma parte crescente da população aos frutos do progresso cultural.

- 5) Orientar adequadamente o levantamento de recursos naturais e a localização da atividade econômica, visando a desenvolver as distintas áreas do país e a reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem com isso aumentar o custo social do desenvolvimento.

- 6) Eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional, responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos. Dentre esses obstáculos de ordem institucional, destaca-se a atual estrutura agrária brasileira, cuja transformação deverá ser promovida com eficiência e rapidez.

- 7) Encaminhar soluções visando a refinanciar adequadamente a dívida externa, acumulada principalmente no último decênio, a qual, não sendo propriamente grande, pesa desmesuradamente no balanço de pagamentos por ser quase toda a curto e médio prazos. Também se tratará de evitar agravação na posição de endividamento do país no exterior, durante o próximo triênio.

- 8) Assegurar ao Governo uma crescente unidade de comando dentro de sua própria esfera de ação, submetendo as distintas agências que o compõem às diretrizes de um plano que vise à consecução simultânea dos objetivos anteriormente indicados (PLANO TRIENAL, 7-8).

Percebe-se nesses objetivos a intenção de dar ao planejamento brasileiro uma dimensão globalizante, instrumento não só de medidas econômicas como considerando, inclusive, a mudança na sociedade. Apesar do peso maior recair no econômico – o Trienal foi um “macroplano”

para a economia – dentre os Planos brasileiros até o PAEG ele foi o que considerou um modelo fundado também em variáveis não-econômicas:

deve-se ter em conta que a eficácia do planejamento é a função de um certo número de condições institucionais básicas. As autênticas modificações qualitativas nos processos econômicos pressupõem reformas que podem ser preparadas pelo planejamento, mas que estão acima de seu alcance direto. Essas reformas são principalmente de dois tipos:

I) racionalização da ação do governo, em cujo campo, no Brasil, destacam-se as reformas administrativas e bancárias;

II) eliminação de entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção, destacando-se as reformas fiscal e agrária (PLANO TRIENAL, 189).

Em uma outra realidade, retomando certas idéias, agora em um outro patamar de reflexão, Furtado (1981: 75) escreve: “a reorientação do processo de desenvolvimento passa por modificações estruturais cuja realização requer a mobilização de amplas forças sociais”. Sobre a necessidade de definir objetivos de longo prazo:

No caso do Brasil é de desejar que esses objetivos traduzam o consenso que se formou no país sobre a necessidade de que o desenvolvimento seja concebido como a solução prioritária dos problemas básicos da população, ao mesmo tempo em que contribua para reforçar a autonomia de decisões, sem o que a ordem de

prioridades que preside esse desenvolvimento permanecerá subordinada à lógica de centros de decisão externos ao país (idem: 80).

O autor defende, também, uma reestruturação do Estado, para torná-lo mais eficiente, e medidas que requeiram alterações na economia agrária, combate à inflação mas sem sacrificar a massa da população e certos segmentos da classe média, mudanças profundas na forma de inserção da economia brasileira no sistema de divisão internacional do trabalho (no qual o Brasil deve ocupar um papel relevante), valorização essencial do mercado interno, situar o setor energético no contexto econômico e social.

Um grupo reduzido, mas atuante, e alguns com ressonância mundial, utilizando ainda fundamentos da teoria marxista, procura mostrar as contradições presentes no capitalismo contemporâneo e os riscos para todas as sociedades, ricas e pobres, desenvolvidas e emergentes. Para completar o quadro sucinto deste capítulo, trazemos uns poucos pontos de dois autores: Samir Amin e Giovanni Arrighi.

Dissertando sobre o imperialismo, Amin (1987), escrevendo antes da queda do Muro de Berlim, dizia que a contradição específica do subdesenvolvimento está na impossibilidade de os países nesta situação acederem ao modelo do capitalismo central exatamente pela dominação imperialista. Ele pregava a alternativa do modelo socialista.

Confiante na ação das massas, o autor pregava que elas participassem de três revoluções necessárias:

a das relações de produção, que comanda as outras; a das técnicas, que permite o desenvolvimento da primeira; e a da ideologia e da cultura, que permite dar ao desenvolvimento sua direção correta. A democracia política, econômica e social como base e a autogestão real são as condições indispensáveis dessa reapropriação do mundo. Controlar o processo produtivo significa também conservar para a coletividade os ganhos obtidos pelo progresso técnico (idem: 169).

Arrighi, em diversas obras e na *Ilusão do Desenvolvimento* (1997), na qual o título já diz qual é o seu entendimento sobre a temática, faz uma comparação entre países situados no que ele chama de andar superior, andar intermediário, e andar inferior. Em seus prognósticos, existe muita flexibilidade e ele aponta tendências.

Nas palavras de Fernando Haddad, no Prefácio do referido livro, pode-se ter uma visão dessas tendências possíveis:

Em primeiro lugar, Arrighi discute a possibilidade da economia capitalista dar ensejo ao que seria um quinto Kondratieff. Sua posição permanece indefinida, oscilando entre o ceticismo de que a economia mundial possa se reorganizar em bases capitalistas e a conjectura de que a expansão chinesa possa tirar toda economia mundial da atual depressão. Em segundo lugar, diante da crise que assola as atuais organizações operárias de uma maneira geral, sindicatos e partidos, Arrighi discute as formas de organização que predominarão no próximo período histórico. Às milícias croatas e sérvias, diz ele, podem prefigurar a forma predominante de organização proletária do século XXI. Mas há ao menos uma probabilidade

equivalente de que a forma predominante seja prefigurada pelo tipo de cooperação que a classe trabalhadora vem organizando lenta e livremente por baixo, através da fronteira mexicana. Se o sopro do internacionalismo, agora mais fraco, vai finalmente prevalecer sobre o sopro do tribalismo, é uma questão que, em última análise, está nas mãos dos próprios trabalhadores do mundo (idem: 16).

Trazendo a problemática para tempos mais próximos ao período desta pesquisa, apresentamos alguns tópicos do debate entre pessoas de posições político-ideológicas divergentes, mas convergentes em relação a certos objetivos. Trata-se da Conferência do Rio de Janeiro: Projetos estratégicos alternativos para o Brasil (23 a 27 de maio de 1994), organizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicada pela FASE/FUJB, em 1995. A 6ª. Conferência do evento tinha por título *Idéias para o desenvolvimento*, e contou com a participação de João Paulo dos Reis Velloso, Pedro da Mota Veiga (Funcex), Maria da Conceição Tavares (UFRJ/Unicamp) e José Domingos Cardoso “Ferreirinha” (CUT).

O expositor Reis Velloso colocou a necessidade de aprofundar um projeto nacional para o Brasil “para substituir aquele projeto nacional-desenvolvimentista que tivemos dos anos 1930 aos 1980” (1985: 147), baseado na construção de uma sociedade moderna, “isto significa uma sociedade economicamente desenvolvida, com uma democracia consolidada e com abundância para todos, ou seja, pobreza residual e razoável distribuição de renda” (idem: 148).

O projeto, para ele, devia se basear em estratégias conjuntas de governo e iniciativa privada; superar a finalidade de se centrar apenas no

econômico e voltar-se para a constituição da cidadania e da sociedade civil; e fundar-se na idéia do crescimento compartilhado (como o dos “tigres asiáticos”) que signifique “o direito de todos ao desenvolvimento de seu capital humano”, o desenvolvimento das regiões, e um novo tipo de capitalismo.

Conceição Tavares faz referência às diretrizes propostas pelo Prof. John Williamson, um dos “pais” do Consenso de Washington, que se fixam em, “primeiro, estabilização, depois reforma, depois competitividade e, depois, naturalmente como contrapeso, a distribuição de renda” (idem: 58); essas diretrizes são seguidas por muita gente “reacionária”. Sustenta que o povo deve, por ele mesmo, participar, organizar-se, ajudar a gerir e fiscalizar novas políticas públicas de teor social. Propõe algumas tarefas: fazer uma revolução democrático-burguesa; ter um Estado que escape do parasitismo, da especulação financeira e no qual o Banco Central não quebre o Tesouro, bem como norteado por uma política de democratização; reaparelhamento da receita; organizar uma coalizão pluriclassista; formular políticas de emprego.

Neste ponto, cabe uma constatação. Quer nos termos colocados no Capítulo I, quer na semântica do Capítulo II, o debate nos últimos anos, particularmente no continente latino-americano, mas não só, se traduz nos embates entre duas correntes: os *monetaristas* e os *desenvolvimentistas*. Ele encontra suas causas nas transformações que se sucederam, e permanecem em curso, dentro do capitalismo. Basicamente, naquelas derivadas do fenômeno da globalização: nova divisão social do trabalho, predomínio do capital financeiro, condicionalidades impostas pelas agências multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio), liberalização do mercado, impactos na

soberania do Estado-nação que perde poder para dirigir as economias nacionais, atuação das multinacionais, agências de *rating*.

Tais transformações adquiriram uma institucionalização no chamado Consenso de Washington, com as denominadas medidas de ajuste estrutural, nas quais se sobressaem a desregulamentação do Estado (que sai das políticas sociais), a privatização das empresas estatais e dessas políticas, as reformas na administração pública utilizando mecanismos da administração empresarial privada (eficácia, eficiência, qualidade total), a centralidade nos ajustes fiscais. Com as seqüelas de aumento da pobreza, da exclusão social, da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, da expansão da economia informal.

Os *monetaristas*, hoje hegemônicos, são os que defendem fundamentalmente essas diretrizes, ancoradas no equilíbrio fiscal, nas altas taxas de juros, no combate à inflação. E presos nas garras do pagamento dos juros da dívida externa (esta sendo efeito de um dos fatores utilizados pelos governos dos países subdesenvolvidos para alavancar o desenvolvimento).

A noção mais difundida entre os seus próceres, é a do *crescimento econômico* (de cunho mais quantitativo), na esteira da chamada “teoria do bolo” – ou seja, quando ele crescer, surgirão as oportunidades para eliminar a pobreza. Na velha tese contida na fórmula de que o social é mera consequência desse crescimento. Mas, em que pesem os dados de melhoria em certos indicadores (diminuição da mortalidade infantil, por exemplo), o crescimento das exportações (com o agronegócio, marcadamente), a inflação domada, permanecem – e no Brasil de modo acirrado – as desigualdades sociais e regionais, a enorme concentração de

renda em alguns estratos, os alarmantes índices de subemprego e desemprego.

Os *desenvolvimentistas* preconizam reformas mais profundas (de cunho mais qualitativo) – como as reformas, agrária, tributária, política, planos de médio e longo prazos, ampliação dos empregos – medidas estas que permitiriam iniciar um novo ciclo desenvolvimentista.

AS INSUFICIÊNCIAS DA TEORIA: PRETEXTO PARA O SURGIMENTO DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A partir da perspectiva dada pelas obras selecionadas para o embasamento deste capítulo, é possível dizer que a Economia do Desenvolvimento, preocupada em explicar por que alguns países são mais pobres que outros e prescrever meios pelos quais os países pobres se tornariam ricos, acabou mostrando-se demasiadamente genérica para todos os países, além da sua falta de sucesso prático.

É dentro deste movimento que começa a ser elaborada a concepção de desenvolvimento humano no âmbito da ONU que, como veremos, não deixa de ser também uma prescrição do modo como os países devem orientar-se para alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento humano.

Assim, todos estes pontos analíticos, ao lado de pressões de grupos, entidades políticas, movimentos de esquerda, criticando duramente as injunções dos países ricos, trouxeram, direta ou indiretamente, insumos

para a orientação assumida pela ONU, que desembocou na noção de desenvolvimento humano, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO II – O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA ONU

AS ORIGENS DO CONCEITO

A Organização das Nações Unidas se preocupa com as questões referentes ao desenvolvimento desde sua criação, em 1945. Porém, para se chegar na atual concepção de desenvolvimento humano, houve todo um processo interno no âmbito da Organização, processo este iniciado nos anos 60, período em que até então desenvolvimento e crescimento econômico eram tidos como sinônimos, e que culminou com o lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990, que trouxe a concepção de desenvolvimento humano (PERRONE-MOISÉS, 1998).

Dentro deste processo, cujo auge foi a elaboração do conceito de desenvolvimento humano, alguns acontecimentos são ilustrativos, como é o caso da instituição, em 1961, do 1º Programa das Nações Unidas (1961-1970) para o desenvolvimento. Neste Programa, era clara a intenção de se voltar para a “aceleração do progresso no sentido do crescimento auto-sustentado das nações” (idem: 180).

Um outro exemplo está na adoção do Pacto Internacional relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, através do qual introduzem-se dois conceitos importantes no que se refere ao desenvolvimento: o art. 1º, que estabelece o direito à auto-determinação dos povos, direito que tem como consequência conceder aos

povos a liberdade de determinação de seu estatuto político e de assegurar livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, e o art. 11, que reconhece o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para a sua família, incluindo-se alimentação, vestimenta e moradia, assim como a melhoria contínua de suas condições de vida, e determina que os Estados Partes devem tomar medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito (idem: 180).

Em 1969, com a Declaração sobre o progresso e o desenvolvimento no campo social, proclamada pelas Nações Unidas, afirma-se novamente a responsabilidade da sociedade internacional no que se refere ao desenvolvimento:

A comunidade internacional em seu conjunto deve preocupar-se com o progresso social e o desenvolvimento social e deve completar, através de uma ação internacional coordenada, os esforços empreendidos no plano nacional para aumentar o nível de vida das populações [art. 9] (idem: 181).

Na 2ª Década das Nações Unidas para o desenvolvimento, realizada nos anos 1970, o processo de reformulação do conceito de desenvolvimento humano continuava, e, ainda segundo Perrone-Moisés,

na mesma época, diversas conferências internacionais acerca dos temas ligados ao meio-ambiente, alimentação, população e emprego demonstraram intenso apoio a um conceito amplo de desenvolvimento capaz de gerar estratégias nacionais e internacionais (idem: 181).

Deste modo, o conceito de desenvolvimento foi ganhando novo significado no cenário internacional, uma vez que passava a ter uma denotação que incorporava as esferas econômica e social, associadas a uma ação global.

Na década de 1990, através do chamado Ciclo Social de Conferências das Nações Unidas, a ONU buscou imprimir uma dinâmica política aos programas de ação social em determinados campos e auxiliar no avanço de um consenso internacional acerca das prioridades no que diz respeito ao tema do desenvolvimento.

Assim sendo,

a formulação do conceito de desenvolvimento humano e sua divulgação pelo PNUD no início da década de 1990 estão, em boa medida, associadas ao Ciclo Social de Conferências da Organização das Nações Unidas realizadas nessa década, expressando ambas a retomada do debate sobre a natureza e o sentido do desenvolvimento (PNUD/IPEA, 1996: 3).

Ainda, o Ciclo Social de Conferências da ONU trouxe novas abordagens para temas que já vinham sendo debatidos:

conferências da mesma natureza, e muitas vezes sobre os mesmos temas, ocorreram em décadas anteriores; entretanto, o ciclo social dos anos 1990 tem características muito peculiares em termos de dinâmica, composição e agenda. (...) O fim da bipolaridade permitiu que um novo fluxo de negociação e diálogo florescesse nas recentes conferências internacionais, onde os

Estados estabelecem alianças temáticas e temporárias, abrindo espaço para novos conteúdos e novas dinâmicas de negociação (idem: 3).

Como observa Alves (2001), essas conferências trouxeram para o debate temas que já vinham sendo discutidos em outras épocas, mas que, principalmente devido às características do sistema internacional antes do fim da Guerra Fria, tinham uma importância menor na agenda internacional, antes voltada mais propriamente para questões de segurança e paz internacional.

Assim, “essas conferências multilaterais legitimaram a presença na agenda internacional dos ‘temas globais’, antes reputados a matérias da alçada exclusiva das jurisdições nacionais” (ALVES, 2001: 31).

A discussão desses temas, promovida pela ONU, reafirma a importância de se colocar em foco as pessoas, que é, como já vimos, a premissa fundamental do conceito de desenvolvimento humano. Logo, é o conceito de Desenvolvimento Humano que liga todas essas Conferências, uma vez que, segundo o próprio PNUD (1996:3), “os Relatórios de Desenvolvimento Humano têm dialogado, de forma consistente, com os princípios e as recomendações que emergem do Ciclo Social”.

Assim sendo, é possível observar que “tanto a perspectiva de desenvolvimento humano quanto o chamado Ciclo das Conferências Sociais da ONU (...) estão inseridos numa mesma estratégia de retomada e revitalização do debate sobre desenvolvimento” (CORREA, 1997: 39).

Desta maneira, o que se observa é que a ONU, através do debate em relação à concepção de desenvolvimento humano e à elaboração de

seus indicadores, debate também realizado nas conferências que convocou, busca afirmar este conceito e torná-lo aceito e utilizado mundialmente. O mesmo poderíamos dizer dos Relatórios do Desenvolvimento Humano anualmente lançados pelo PNUD, cuja base é principalmente o conceito de desenvolvimento humano.

O CONTEXTO INTERNACIONAL

Os anos 1990 ficaram marcados como um período de grandes mudanças no cenário internacional. Com o fim da Guerra Fria, observa-se, por exemplo, o surgimento de uma nova ordem mundial, à medida que as relações de poder no cenário internacional começavam a esboçar uma outra configuração, bem como a visão sobre determinados temas da agenda internacional passava a ter uma nova conotação.

Deste modo, na fase inicial deste período, que Lafer e Fonseca Jr. (1994) chamam de “primeiro pós-Guerra Fria”, observa-se um clima de entusiasmo no cenário internacional, principalmente em relação ao campo dos valores, como afirmam os próprios autores ao caracterizar o momento em questão:

os dois acontecimentos que marcam o 1º pós-Guerra Fria são a queda do muro de Berlim e a guerra do Golfo. Não é preciso avançar muito na consideração destes fatos, que criaram uma atmosfera de otimismo no sistema internacional, inclusive porque, especialmente em relação ao primeiro, a perspectiva era a de que se formavam, no

mundo dos valores, grandes unanimidades (LAFER e FONSECA JR., 1994: 55-56).

Tal perspectiva vinha baseada em uma noção de estreitamento das relações entre os países, a partir do qual questões antes consideradas circunscritas ao âmbito nacional passariam a ser de interesse internacional. Assim, dentro deste quadro otimista, a expectativa era de que

as afinidades entre a vida interna das nações e o mundo das relações internacionais passariam a ser naturais e amplas. As diferenças do nacional e do internacional se diluiriam e, ao invés de fonte de atrito, se converteriam em novas pontes de aproximação e conciliação entre os Estados (idem: 56).

Seguindo então essa idéia, acreditava-se que a nova ordem mundial que despontava teria a participação de todos os países em sua concepção, não obstante a sua condução estar sob o controle das grandes potências, tal qual observam os autores:

o tema da nova ordem internacional volta à agenda internacional, não mais como reivindicação dos pobres, mas como construção de todos (ainda que liderada pelas Potências, que se incumbiriam de estabelecer os modelos do que é a melhor democracia ou o mercado ideal) (idem: 56).

Deste modo, e em razão destas expectativas, acreditava-se que seria possível construir valores universais, não apenas concernentes à segurança internacional, mas também ligados a outras dimensões de interesse da sociedade internacional, como afirmam os autores:

a perspectiva de uma ação na área de segurança, estribada em unanimidade, leva a que se imagine que a comunidade internacional estaria próxima a constituir outras unanimidades em relação a outros conjuntos de valores. Ou seja: entendimentos universais em matéria humanitária, ecológica, etc. deveriam ser alcançáveis, constituindo-se base razoável para ações da comunidade internacional como tal (idem: 57).

Hurrel (1999) também faz observações semelhantes a respeito do cenário internacional que se conformava na época. Na passagem a seguir, fica evidente, inclusive, como as características do período em questão indicavam a criação de uma nova ordem internacional:

Com o fim da Guerra Fria, testemunhou-se uma expansão das ambições normativas da sociedade internacional. A globalização e as interconexões econômicas e humanas cada vez mais intensas entre as sociedades; a crescente gravidade das questões ecológicas; a democratização e as novas noções de legitimidade política; o aumento contínuo da quantidade de atores econômicos transnacionais e o surgimento de uma sociedade transnacional civil densa e crescentemente ativa; o declínio do uso da força militar em larga escala entre os principais estados, concomitantemente à expansão paralela de várias outras formas de violência social; e a extensão do desafio que o Estado enfrenta para ser um alicerce legítimo e efetivo na construção da ordem internacional – todos esses processos inexoravelmente levaram a crer que a ordem internacional havia sido recriada e reconceitualizada (HURRELL, 1999: 59-60).

Assim, para este autor, tal situação fazia com que se presumisse que seriam criados “esquemas mais extensivos de cooperação a fim de salvaguardar a paz e a segurança, promover o desenvolvimento econômico, solucionar problemas comuns e garantir valores comuns” (idem: 59).

Um dos fatores que explicariam essa possível maior interdependência entre os países seria a

emergência de uma consciência moral cosmopolita, ainda que frágil, mas que demanda[va] maior atenção a questões de direitos individuais e coletivos, como também à promoção de padrões mínimos de bem-estar e prosperidade humanos mundo afora (idem: 60).

Com isso, o já tênue limite entre as esferas nacional e internacional parecia reduzir-se cada vez mais, em decorrência das características que a sociedade internacional assumia. Assim, o pensamento que se tinha era a de que a

crescente interdependência econômica (renovação de sistemas de comunicação e transporte) bem como o impacto das novas tecnologias (satélites, redes de computadores, etc) elevaram os custos e as dificuldades dos governos de controlar os fluxos de informação, facilitando a difusão de valores, conhecimentos e idéias, além de aumentar a capacidade de grupos afins (em opiniões e atitudes) de se organizar para além das fronteiras nacionais (idem: 60-61).

Logo, a circulação de idéias e valores dentro do cenário internacional proporcionaria a “inclusão dos direitos humanos e de preocupações humanitárias dentro do compasso das ameaças à paz e à segurança internacionais” (idem: 63).

Desta maneira, dizia-se que, se no período imediatamente anterior a este as preocupações estavam voltadas, sobretudo, para as questões de segurança e paz internacional, o que se via no início da década de 1990 era a retomada das discussões sobre temas sociais tais como meio-ambiente, desenvolvimento social, direitos humanos, entre outros; temas que na realidade nunca haviam saído da agenda internacional, mas que a partir de então tornaram-se um de seus focos principais, dadas as características que a sociedade internacional passava a adquirir.

O LANÇAMENTO DO RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 1990

Foi neste período, mais especificamente no ano de 1990, que a Organização das Nações Unidas (ONU), através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o seu primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, com o qual apresentou para a sociedade internacional o conceito de desenvolvimento humano e seu indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este último criado com o intuito de ser “uma medida mais autêntica do progresso sócio-econômico” (PNUD, 1990: 20).

Segundo PNUD (1990), o objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente favorável para as pessoas desfrutarem de uma vida longa, saudável e criativa. Todavia, por mais que tal afirmação possa parecer uma verdade simples, ela é muitas vezes deixada de lado ou mesmo esquecida, em função da preocupação excessiva com a acumulação de recursos e a riqueza financeira.

Desta maneira, de acordo com o Relatório, as considerações técnicas a respeito dos meios para se alcançar o desenvolvimento, e a utilização de estatísticas para medir a renda nacional e seu crescimento, acabaram por encobrir com o tempo o fato de que o fim primordial do desenvolvimento é beneficiar as pessoas.

Para PNUD (1990), haveria duas razões para tal encobrimento: a primeira seria que os números da renda nacional não revelariam a composição da renda ou os seus verdadeiros favorecidos, ainda que esses números possam ser úteis para diversos propósitos. Em segundo lugar, o que é geralmente valorizado pelas pessoas são resultados que não aparecem sob hipótese alguma, ou não imediatamente, nas medidas de renda e nos números de crescimento: melhores serviços de nutrição e saúde, maior acesso ao conhecimento, meios de subsistência mais seguros, melhores condições de trabalho, segurança contra o crime e a violência física, horas de lazer satisfatórias, e uma forma de participação nas atividades econômicas, culturais e políticas de suas comunidades. É evidente que as pessoas querem ter uma renda maior, porém a renda não seria a somatória total da vida humana.

Esta maneira de considerar o desenvolvimento e os indivíduos como o fim de todas as atividades não seria exatamente nova, mas viria desde Aristóteles, passando por Emmanuel Kant, François Quesnay, Adam Smith,

David Ricardo, Robert Malthus, Karl Marx e John Stuart Mill. Contudo, a já mencionada preocupação demasiada com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a renda nacional obscureceu esta perspectiva, tirando a atenção dos fins e priorizando tão-somente os meios para se alcançar o desenvolvimento.

O Relatório estaria então direcionado para as seguintes questões: como o desenvolvimento econômico pode ser gerido segundo o interesse das pessoas? Que políticas e estratégias alternativas devem ser perseguidas, uma vez que as pessoas, não os produtos, são o foco principal da atenção nacional?

Assim, com esta nova conceituação sobre o desenvolvimento, a ONU faz uma crítica ao que considera uma visão tradicionalmente econômica a respeito do tema, visão que basicamente considera o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de um país como demonstrativo de seu crescimento e seu conseqüente desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento humano, segundo PNUD (1990), aparece então como uma concepção mais abrangente, que procura apreender a realidade dos países através de uma noção de natureza universalizante.

Sendo assim, o propósito desta visão alternativa de desenvolvimento apresentada pela ONU é considerar não apenas a dimensão econômica, como também as dimensões social, cultural e política, e, principalmente, colocar o ser humano no centro do processo de desenvolvimento.

O Relatório enfatiza que sua intenção é discorrer a respeito das pessoas e de como o desenvolvimento pode ampliar suas opções e escolhas. O acesso de uma pessoa à renda pode ser uma dessas opções, mas não seria a soma total dos esforços humanos.

Conforme observa então Calderón (s/d: 3), “a formulação do enfoque de desenvolvimento humano dá prioridade à liberdade política, à igualdade, à criatividade e à dignidade pessoal. Ou seja, ao sujeito”.

Entretanto, como o Relatório procura ressaltar, o conceito de desenvolvimento humano não despreza o crescimento econômico, pelo contrário, este último é, antes de tudo, sua condição necessária. Porém, sempre segundo essa visão da ONU, o crescimento econômico isolado é insuficiente, uma vez que não assegura por si só a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Desta maneira, “a noção de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade do crescimento econômico, afirma que é preciso enfocá-lo a partir da perspectiva do desenvolvimento para as pessoas” (PNUD/IPEA, 1996: 2). Dentro desta perspectiva, o crescimento econômico seria então um meio para se alcançar um fim, qual seja, o desenvolvimento humano.

Logo, temos que “desde seu início em 1990, a divulgação desses relatórios está associada ao esforço de construir um indicador que capte e sintetize as diversas e complexas dimensões do processo de desenvolvimento humano” (idem: 11), uma vez que “a renda *per capita* individual ou de uma sociedade determinada não expressa necessariamente o grau de desenvolvimento humano da pessoa ou sociedade” (ECHEVERRÍA, 1996: 90).

Ainda, segundo Echeverría,

desde o primeiro relatório mostrou-se que o vínculo entre crescimento econômico e progresso humano não é automático. É possível conseguir níveis de desenvolvimento humano bastante respeitáveis, inclusive quando os níveis de renda são bastante baixos; e em vários países, um alto PIB não beneficiou seu povo (idem: 94).

Logo, conclui o autor, “a qualidade de vida não melhora proporcionalmente com o aumento da renda” (idem: 102).

Outro autor também compartilha desta visão. Para Euzeby (s/d:2), “a noção de desenvolvimento econômico é, portanto, essencial para lembrarmos que o progresso econômico não é um fim em si. Este somente tem significado quando está acompanhado pelo avanço do respeito à dignidade humana”. Sendo assim, para este autor,

a noção de desenvolvimento humano é portanto fundamental para tornar claro que: o desenvolvimento não é medido unicamente em termos de industrialização ou de PIB por habitante; e que o progresso econômico somente tem significado quando é acompanhado pelo progresso social e pelo progresso humano (EUZEBY, s/d: 14).

Para Calderón (s/d:3)

o desenvolvimento humano tem então, por sua vez, um caráter normativo e uma forte carga crítica. Na realidade, os valores que propõe não são alheios aos

questionamentos que fazem as outras óticas de desenvolvimento.

Assim sendo, o desenvolvimento humano, de acordo com a definição de PNUD (1990: 33),

é um processo mediante o qual se oferece às pessoas maiores oportunidades. Entre estas, as mais importantes são uma vida prolongada e saudável, educação e acesso aos recursos necessários para se ter uma vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo.

Ainda segundo PNUD,

é óbvio que a renda é só uma das oportunidades que as pessoas desejariam ter, ainda que certamente muito importante. Mas a vida não se reduz somente a isso. Portanto, o desenvolvimento deve abarcar mais que a expansão da riqueza e da renda. Seu objetivo central deve ser o ser humano (idem: 34).

Considerando-se também a liberdade como um dos aspectos presentes no processo de desenvolvimento, Calderón (s/d:5) observa que

o desenvolvimento é considerado como um processo que enriquece a liberdade real dos envolvidos com a busca de seus próprios valores. Desta forma, a expansão da capacidade humana é a característica central de tal desenvolvimento. Esta deve ser entendida como um conceito libertário, pois se refere à igualdade de

capacidades para que uma pessoa possa decidir a classe de vida que aspira a levar de acordo com a orientação de valor que possua.

Explorando a questão da liberdade presente na concepção de desenvolvimento humano, temos que, para PNUD (1990: 19),

a liberdade é primordial para o desenvolvimento humano. Os indivíduos devem ser livres para exercer suas opções em mercados viáveis e deve-se dar a eles a oportunidade de expressar suas opiniões para configurar sua própria estrutura política.

Esta associação entre desenvolvimento e liberdade é também muito discutida por Sen (2000), que, inclusive, foi consultor para os Relatórios do Desenvolvimento Humano da ONU e colaborador na idealização do conceito de desenvolvimento humano. Para este autor, “a expansão da liberdade é vista como o fim e o principal meio do desenvolvimento” (idem: 10).

Sen vai então mais além da concepção de desenvolvimento humano da ONU:

o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais

obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (idem: 17).

Ainda segundo este autor,

ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios, que *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo (idem: 18).

Logo, para ele, “as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais” (idem: 52).

Retomando então o conteúdo do Relatório e o debate sobre a relação entre renda *per capita* e desenvolvimento, temos que a tese básica do referido Relatório e da concepção de desenvolvimento humano da ONU é que a renda sozinha não é a resposta para o desenvolvimento humano.

Segundo consta no Relatório, é comum sugerir que a renda é um representante apropriado de todas as outras opções humanas, uma vez que o acesso à renda permite o exercício de qualquer outra opção. Entretanto, como afirma PNUD (1990), isto é parcialmente verdadeiro, uma vez que a renda é um fim, não um meio; nem sempre um alto nível de desenvolvimento humano está associado a uma alta renda, e vice-versa; a

renda atual de um país não necessariamente oferece garantias para o seu futuro crescimento; níveis de renda altos não asseguram progresso humano.

Assim, o Relatório afirma que não existe uma correspondência automática entre o crescimento da renda de um país e seu progresso humano, e a principal preocupação da análise do desenvolvimento deveria ser, na realidade, como tal correspondência poderia ser criada e reforçada.

O Relatório analisa o registro do desenvolvimento humano das décadas de 1960, 1970 e 1980, e a experiência de 14 países (Botswana, Costa Rica, República da Coreia, Malásia, Sri Lanka, Chile, China, Colômbia, Jamaica, Quênia, Zimbábue, Brasil, Nigéria e Paquistão) na condução do seu crescimento econômico e desenvolvimento humano.

A partir desta análise, o Relatório apresenta as seguintes conclusões centrais:

- os países em desenvolvimento fizeram progresso significativo na direção do desenvolvimento humano no período;
- as lacunas existentes na relação Norte-Sul no que se refere ao desenvolvimento humano básico diminuíram consideravelmente, mesmo enquanto as lacunas de renda se ampliaram;
- a média do progresso do desenvolvimento humano não revela grandes disparidades existentes no interior dos países em desenvolvimento – entre áreas rurais e urbanas, homens e mulheres, ricos e pobres;

- níveis notavelmente justos de desenvolvimento humano são possíveis, mesmo quando há níveis modestos de renda;
- o vínculo entre crescimento econômico e desenvolvimento humano não é automático;
- subsídios sociais são absolutamente necessários para os grupos de renda mais pobres;
- os países em desenvolvimento não são tão pobres a ponto de não poder pagar pelo desenvolvimento humano e cuidar do crescimento econômico;
- os custos humanos de adequação são muitas vezes uma questão de escolha, não compulsórios;
- um ambiente externo favorável é vital para apoiar as estratégias de desenvolvimento humano na década de 1990;
- a cooperação técnica deve ser reestruturada se for para ajudar a construir as capacidades humanas e nacionais nos países em desenvolvimento;
- um enfoque participativo – incluindo o envolvimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) – é fundamental para qualquer estratégia voltada para um desenvolvimento humano de êxito;

- o crescimento rápido da população no mundo em desenvolvimento está começando a se concentrar nas cidades;
- as estratégias de desenvolvimento sustentável devem considerar as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de encontrar suas necessidades.

Estas foram as principais conclusões e mensagens políticas do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano.

Longe de responder a todas as questões neste primeiro esforço, as descobertas e conclusões muitas vezes indicam questões que requerem análises mais profundas e pesquisa mais minuciosa: quais são os elementos essenciais das estratégias de planejamento, administração e financiamento do desenvolvimento humano? Quais são as condições para uma estrutura prática de desenvolvimento participativo? O que é um ambiente externo que contribui para o desenvolvimento humano? Estas e outras questões correlatas vão determinar a agenda para Relatórios do Desenvolvimento Humano futuros (PNUD, 1990: 07).

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

A questão que aparece a partir deste debate apresentado no Relatório é se o desenvolvimento humano pode ser medido e quantificado, e se isso seria operacional, e poderia ser planejado ou monitorado.

Evidentemente, como é possível observar, a definição de desenvolvimento humano é muito ampla. Além disso, não há como encontrar em todos os países analisados dados estatísticos de todas as possíveis variáveis que compõem o processo de desenvolvimento.

Contudo, PNUD (1990) pondera que, somado à essa carência de dados, há o fato de que muitos indicadores poderiam produzir uma imagem confusa, o que tiraria o foco principal da proposta de análise do processo em seu conjunto.

Tendo em conta que tal constatação refere-se imediatamente à questão da ênfase que se quer atribuir à análise, o Relatório sugere que a medida do desenvolvimento humano deve concentrar-se no que considera os três elementos essenciais para a vida humana: longevidade, conhecimento e nível decente de vida.

Deste modo, ao optar por usar estas três variáveis para compor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o PNUD propõe que, através deste índice, é possível “comparar em conjunto o progresso econômico e social nos diferentes países” (MIQUEL, 1997: 11).

Para avaliar a longevidade, o IDH faz uso dos números de expectativa de vida ao nascer.

A importância da expectativa de vida ao nascer está na crença comum de que uma vida prolongada é valiosa em si mesma e o fato de que vários benefícios indiretos (tais como uma nutrição adequada e uma boa saúde) estão estreitamente relacionados com uma maior expectativa de vida (PNUD, 1990: 12).

O segundo componente do IDH, o conhecimento, é estimado através do índice de analfabetismo.

As cifras sobre analfabetismo são apenas um reflexo cru do acesso à educação, particularmente à educação de boa qualidade, tão necessária para se levar uma vida produtiva na sociedade moderna. Mas aprender a ler e a escrever é o primeiro passo de uma pessoa em direção ao aprendizado e à aquisição de conhecimentos; de maneira que as cifras sobre alfabetização são essenciais em qualquer medição de desenvolvimento humano (idem: 12).

O nível decente de vida, terceiro componente do IDH, é medido pelo PIB *per capita*, que “tem uma cobertura nacional ampla” (idem:12), corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país – para que desta forma sejam eliminadas as diferenças de custo de vida entre os países.

Não à toa estas três dimensões foram escolhidas pelos formuladores deste novo índice. Para PNUD (1990), tais dimensões representam o que há de mais comum entre os países, ao mesmo tempo em que levam em conta as especificidades de cada um deles.

Destarte, estas dimensões de longevidade, conhecimento e nível decente de vida contemplariam, segundo consta no Relatório, o propósito da conceituação de desenvolvimento humano de avaliar de forma mais abrangente o desenvolvimento de um país.

O IDH, então, além de apresentar-se como uma alternativa ao PIB para medir o progresso sócio-econômico relativo nos âmbitos nacional e internacional, capacitaria as pessoas e os seus governantes a avaliar

permanentemente o progresso e a definir políticas de intervenção. Além disso, o referido índice também permitiria comparações de experiências em diferentes países, estados e municípios.

Em relação aos propósitos de criação de indicadores sociais como o IDH, Kayano e Caldas (2002:17), observam que

os indicadores sociais são construídos geralmente para medir, quantificar e qualificar determinada realidade social. Os objetivos práticos da construção de um indicador são, por um lado, analisar pesquisas de cunho acadêmico; por outro, avaliar desempenho e legitimar determinada política pública.

Além disso, ainda segundo estes autores,

os indicadores e índices são números que procuram descrever um determinado aspecto da realidade, ou apresentam uma relação entre vários aspectos. Adotando-se técnicas para ponderação dos valores, pode-se criar índices que sintetizem um conjunto de aspectos da realidade e representem conceitos mais abstratos e complexos, tais como qualidade de vida, grau de desenvolvimento humano de uma comunidade ou, ainda, nível de desempenho de uma gestão. Estes indicadores estão sempre sujeitos a questionamentos, pois a escolha dos aspectos da realidade a serem considerados é influenciada por opções políticas e distintas visões da realidade (idem: 14).

No tocante aos usos e aplicação dos indicadores sociais, Cardoso (1998: 43) aponta que os

indicadores sociais podem servir, basicamente, a dois tipos de utilização: como instrumentos de análise em pesquisas de corte mais acadêmico, ou como instrumentos para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Ainda, no que diz respeito à qualidade de vida dentro do debate sobre indicadores sociais, Cardoso relata que este é “o tema sobre o qual mais se tem publicado recentemente” (idem: 45). Neste caso, sempre segundo o autor, o IDH seria a fonte e a referência desse tipo de indicadores.

Considerando-se a evolução histórica dos indicadores sociais, temos que,

dada a preocupação em avaliar em que medida a renda gerada por um país é apropriada pela sua população nas mais diversas formas – renda, educação, saneamento básico, utilização de energia elétrica, saúde, infraestrutura, dentre outras – surgem, já no final do século XX, indicadores compostos (chamados de Segunda Geração), utilizando escolaridade e mortalidade infantil, por exemplo, como *proxy* para medir a qualidade de vida da população. Esses indicadores consideram não apenas os aspectos econômicos (*strictu sensu*), mas também aqueles aspectos ligados à oferta de bens públicos, como saúde e educação. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um típico índice que denominamos Segunda

Geração. A criação do IDH deslocou a discussão, tanto sobre criação de indicadores quanto do conceito de desenvolvimento econômico, de uma seara estritamente econômica para um âmbito mais político e social (KAYANO e CALDAS, 2002: 27-28).

Como qualquer outro indicador, o IDH tem vantagens e desvantagens. De acordo com Kayano e Caldas (idem: 25-26) as vantagens de indicadores como o IDH seriam que os mesmos “1) sinalizam aos governantes e políticos dos mais diversos países que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento da produção; 2) são multidimensionais; 3) são produto de consenso de diversos atores”.

Os autores ainda apontam como desvantagem o fato de que

a opção por qualquer indicador composto cria sérios problemas, tais como consenso sobre os temas a serem incluídos, resumo de dados; estas decisões, tomadas a priori, são mediadas por juízos de valor e costumam afetar o ranking dos países sujeitos à classificação, com repercussões na mídia e/ou em processos políticos eleitorais. As limitações mais importantes para a utilização do IDH ‘tradicional’ são sua falta de sensibilidade para medidas de curto prazo (o peso do estoque é muito grande) e para temas gerados por ações puramente municipais (idem: 25-26).

O próprio Relatório faz algumas considerações sobre o IDH e suas aplicações, e adverte que as três variáveis escolhidas para a sua composição, longevidade, conhecimento e nível decente de vida, possuem uma falha em comum: elas são médias que encobrem grandes

disparidades dentro do conjunto da população de um país. Tal falha residiria no fato de que grupos sociais diferentes teriam expectativas diferentes, além de sempre haver grandes disparidades em relação à alfabetização de homens e mulheres, e a renda ser muitas vezes distribuída de forma desigual.

O Relatório então reconhece as limitações do IDH e afirma que seu intuito ao apresentar o referido índice é apenas antecipar a pesquisa para um índice mais apropriado de quantificação do desenvolvimento. Assim, o Relatório admite que, ao mesmo tempo em que o conceito de desenvolvimento humano tem uma definição de amplo alcance, é inconveniente incluir tantas variáveis em seu índice, já que isso complicaria a visualização do todo por parte dos governantes. Porém, limitar tais variáveis implica também em deixar de lado aspectos que podem ser considerados relevantes na avaliação do desenvolvimento de um país. Tal dificuldade, contudo, continuaria a ser discutida nas edições futuras do Relatório do Desenvolvimento Humano.

DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA QUEM?

Diante do que foi acima exposto, é possível chegar ao seguinte questionamento: qual seria o propósito da ONU de afirmar mundialmente um conceito como o de desenvolvimento humano e divulgar anualmente o Índice de Desenvolvimento Humano dos países?

Algumas hipóteses podem ser levantadas, a partir da análise do contexto internacional na época em que o primeiro Relatório do

Desenvolvimento Humano foi lançado, logo após o fim da Guerra Fria, em 1990.

O já mencionado clima de otimismo e entusiasmo que caracterizou esse período e a conseqüente convicção de muitos de que se iniciava ali um momento de maior interdependência e intercâmbio entre os países e uma ampla circulação de idéias e valores, sobre os quais falamos no início deste capítulo, pode causar certa estranheza, se levarmos em consideração que, de acordo com Hurrell (1999: 68), “embora seja indubitavelmente possível encontrar exemplos de convergência de políticas, a sociedade mundial continua marcada por profundas e persistentes diferenças e pelo pluralismo moral”.

Sendo assim, o discurso da época pode ocultar, na realidade, profundas divisões, como salienta Hurrell (idem: 67): “o grau de consenso intersocietário em relação a valores centrais é bem menos vigoroso do que a recente retórica e mesmo acordos internacionais deixam transparecer”.

Qual seria então a verdadeira razão para a retomada da importância de temas considerados de valor universal, especialmente os temas sociais, na agenda internacional nesta época?

Uma grande possibilidade de resposta para esta pergunta está na observação feita por Lafer e Fonseca Jr. (1994: 58):

o Sul passa, para a opinião pública Ocidental, a ser considerado um espaço de ameaça e descontrole. (...) os países do Sul aparecem como exemplo de ineficiência econômica (...); como violadores de direitos humanos; como destruidores do meio ambiente; como origem do

narcotráfico e, finalmente, como ameaças à segurança internacional, ao pretenderem reforçar e modernizar seus aparatos militares. Esse diagnóstico extremamente negativo, embora superficial e apressado, reforça as condições de legitimidade do novo modelo de hegemonia, trazendo, como implicação política, uma espécie de comando de adesão: o Sul resolverá os seus problemas na medida em que se torne mais igual ao Norte (da mesma maneira que o Norte se sente mais livre, menos contestado, para, p. e., ampliar o escopo de condicionalidades ao aprovar empréstimos para programas de ajuste econômico, desenvolvimento de programas ecológicos, etc; nesse processo, as condicionalidades se estendem ao mundo da política, especialmente à área dos direitos humanos).

Logo, podemos assumir que na realidade a condução da construção dos valores que deveriam ser adotados a partir de então como universais e a sua determinação ficavam restritas às grandes potências, as verdadeiras criadoras das tais “unanimidades”, que eram então elaboradas para atender aos seus interesses de segurança e servir de modelo de conduta para os demais países.

Ora, não estaria aí então o intuito de comparar, através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a qualidade de vida dos países e classificá-los de acordo com seus resultados?

Certamente não existe apenas uma resposta para esta indagação, mas o que devemos ter presente é que, ao estabelecer uma classificação entre os países, baseada em uma única forma de mensuração, o IDH institui que só existiria um caminho para se chegar a uma qualidade de vida

considerada satisfatória. O que resta saber é para quem ou para quais países esta tal qualidade de vida é satisfatória.

Como aponta Cardoso (1998: 45),

o problema que se colocava para a construção do IDH – e que permanece em grande medida sem solução – diz respeito à possibilidade de se estabelecerem padrões mínimos universais de qualidade de vida, válidos para todos os países e culturas.

É claro que o esforço da ONU de criar uma concepção de desenvolvimento humano e elaborar um indicador para a sua medição deve ser reconhecido. E também é evidente que, devido à amplitude de tal concepção, era preciso eleger apenas algumas de suas dimensões para que fosse criado um índice sintético, razão pela qual são utilizados para o seu cálculo os níveis de renda, saúde e educação dos países, até porque, de acordo com Cardoso (idem: 46), “esses dados têm a vantagem de serem disponíveis à maioria dos países e serem construídos com uma metodologia relativamente semelhante, permitindo a comparabilidade”.

Entretanto, como bem coloca o autor, deve-se questionar em que medida é possível, dadas as diferenças culturais, tomar esses indicadores como relevantes para a definição de qualidade de vida.

Além disso, é preciso considerar, como indicam Kayano e Caldas (2002: 23), que “os indicadores são tentativas até pretensiosas de retratar ou expressar de maneira muito sintética determinados fenômenos e processos complexos”, como pode ser o caso do IDH.

Logo, tais observações levam à constatação de que

a utilização desses conteúdos para a noção de desenvolvimento humano, ou mesmo a utilização da comparação internacional como metodologia revelam um viés etnocêntrico que toma os padrões ocidentais modernos como modelos a serem atingidos por todas as nações do planeta. Por exemplo, em sociedades com baixo grau de institucionalização das relações mercantis, a renda é um critério pouco efetivo para avaliar a produção e a circulação de bens e riquezas. Da mesma forma, existem sociedades em que o acesso ao conhecimento se dá a partir de meios ligados à tradição ou à transmissão oral, mais eficazes para lidar com as realidades locais do que a alfabetização” (CARDOSO, 1998: 46).

Ainda de acordo com o autor,

as análises associadas ao debate sobre desenvolvimento humano tendem a desconsiderar a importância das relações de poder internacionais, na produção da desigualdade de acesso à riqueza entre os países pobres, com conseqüências sobre as desigualdades intranacionais, centralizando a discussão no debate sobre a eficiência da ação do Poder Público” (idem: 46).

Sendo assim, a partir desta reflexão é possível então chegar à conclusão de que o conceito de desenvolvimento humano da ONU e seu Índice de Desenvolvimento Humano, apesar de representarem uma grande contribuição para o debate sobre desenvolvimento, não deixam de carregar em sua formulação e aplicação a reprodução (ainda que para muitos de

forma pouco explícita) das relações de poder dentro da sociedade internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas neste trabalho, o que pudemos observar e que trazemos neste momento para a reflexão é que o desenvolvimento, em geral, traz consigo, sob formas distintas, a intenção de definir o que significaria uma sociedade desenvolvida – e a partir desta definição o que seria uma sociedade menos desenvolvida ou em desenvolvimento –, bem como, através desta definição, estabelecer a forma pela qual as sociedades que não se enquadram nela devem conduzir sua economia e sua política para alcançar aquilo que é considerado um nível satisfatório de desenvolvimento.

Isso fica evidente quando buscamos as origens de tais teorias e o modo como os autores que pensavam esta temática tratavam do assunto. Obviamente, muito disso tem relação direta com a época a partir da qual estas teorias começaram a ser debatidas. Os anos 1940, em decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial, foram marcados pelo surgimento das Nações Unidas, pelo lançamento do Plano Marshall, pelo estabelecimento das instituições de Bretton Woods, pelo início da Comunidade Européia, pelo movimento de independência de antigas colônias. Isto é, como um contexto no qual os países estavam saindo de uma situação de guerra e necessitavam de ajuda externa para recuperarem-se. Muito dessa ajuda foi prestada pela potência hegemônica que despontou em consequência desta guerra, os Estados Unidos, que, justamente pela sua posição naquele cenário internacional, e por sua própria filosofia e modo de considerar a sua história, assumiram que sua sociedade deveria ser o modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos demais países.

O desenvolvimento e as formas de se chegar nele, desde que se principiou o debate sobre o assunto, foram abordados a partir de perspectivas diversas, e algumas concepções surgiram justamente das críticas às abordagens anteriores a elas, como é o caso, inclusive, do conceito de desenvolvimento humano da ONU, cuja elaboração iniciou-se a partir das falhas apontadas pelas teorias anteriores em não considerarem devidamente as necessidades básicas dos indivíduos, entendendo-se por necessidades básicas aquelas ligadas à saúde, educação e renda da população.

Quando finalmente é estabelecida a concepção de desenvolvimento humano da ONU, esta se mostra – e é divulgada – como uma novidade no que diz respeito às idéias anteriores sobre desenvolvimento, uma vez que traz de volta para o centro da análise o indivíduo, o ser humano, que havia ficado em segundo plano devido à crescente preocupação que se tinha no que se refere ao crescimento econômico dos países e seu Produto Interno Bruto (PIB).

Quando menciona a “volta” à preocupação com o ser humano e sua centralidade no processo de desenvolvimento, a ONU argumenta que, na realidade, esta já era uma inquietação antiga, cuja origem encontra-se em Aristóteles, e que fez também parte das ponderações de outros grandes pensadores da História. Tais preocupações, entretanto, haviam se perdido em função dos interesses de ordem estritamente econômica que acabaram sendo priorizados à medida que se avançava no debate sobre a temática do desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento humano aparece como uma alternativa à forma como se convinha encarar o tema, isto é, à relação praticamente automática entre desenvolvimento e crescimento econômico, que,

conseqüentemente, não levava em conta, por exemplo, outros fatores que poderiam também estar ligados ao processo em questão que não os econômicos.

Entretanto, como pudemos observar a partir do panorama das teorias do desenvolvimento, é preciso relativizar essa tal novidade do desenvolvimento humano, uma vez que já se falava dos fatores não-econômicos do desenvolvimento antes.

Logo, podemos dizer que a ONU recorre ao passado para justificar o enfoque que procura dar à sua abordagem sobre o desenvolvimento – mencionando, inclusive, teóricos da Antiguidade –, ao mesmo tempo em que não tem o cuidado de levar em conta teorias anteriores para afirmar e reafirmar que a sua visão sobre o tema serviria de alternativa ao que considera o seu o “enfoque tradicional”.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que é inegável o seu esforço na preparação dos Relatórios do Desenvolvimento Humano. Desde o lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano 1990, cujo intuito foi apresentar à sociedade internacional a concepção do desenvolvimento e sua forma de medição, qual seja, o Índice de Desenvolvimento Humano, os Relatórios posteriores focalizaram, cada um, questões mais específicas ligadas ao desenvolvimento humano, anunciadas antecipadamente já no primeiro Relatório (ver Anexo).

Desta maneira, os Relatórios publicados anualmente a partir de 1990, tinham como temas, por exemplo, o financiamento para o desenvolvimento, a participação popular no processo de desenvolvimento, segurança humana – esta entendida como uma nova concepção, a qual abrange a segurança das pessoas em suas casas, em seu trabalho, em

sua comunidade e em seu meio-ambiente –, gênero e desenvolvimento, dentre outros.

Ainda, o que se pode observar é que todos os anos, desde o seu lançamento, os Relatórios têm procurado tratar de diferentes temas e introduzir novas abordagens para os mesmos. Além disso, tais Relatórios têm como objetivo também apresentar recomendações práticas aos países no que se refere à sua ação nacional e internacional.

Desta maneira, ao longo dos anos, surgiu a proposta do paradigma do desenvolvimento humano sustentável, cuja base se estabeleceria em um novo conceito de segurança humana, em uma nova parceria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, em novas formas de cooperação internacional e em um novo acordo mundial (PNUD, 1999).

Para a ONU, desenvolvimento humano sustentável significa, então, proteger as oportunidades de vida das futuras gerações, assim como das atuais, e respeitar os sistemas naturais dos quais a vida depende. Destarte, o desenvolvimento sustentável corresponderia a povo, emprego e meio-ambiente.

O desenvolvimento humano sustentável direcionaria tanto a igualdade no interior das gerações quanto a igualdade entre as gerações – permitindo assim a todas as gerações, as presentes e as futuras, fazer o melhor uso de suas capacidades. Para tanto, é dada à renovação ambiental a mais alta prioridade, para que assim as oportunidades das futuras gerações sejam protegidas.

Conseqüentemente, o desenvolvimento humano enfatiza que é preciso reforçar as instituições tanto governamentais como da sociedade civil para que o processo de desenvolvimento como um todo seja internamente sustentável (PNUD, 1995).

Os Relatórios, ainda, apresentam balanços do desenvolvimento humano, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, e fazem uso do cálculo do IDH para realizar tal exercício.

O IDH, como medida para quantificar e elucidar o processo de desenvolvimento humano, apresenta-se como forma de capacitar as pessoas e seus governantes a avaliar de forma permanente o progresso e a definir prioridades para políticas de intervenção, bem como a comparar experiências em diferentes países (PNUD, 1994).

Desde a sua apresentação, o IDH vem suscitando uma série de debates em relação à sua metodologia, o que tem levado à sua permanente revisão e refinamento, inclusive no que se refere à sua transparência e também à sua base de dados, como é possível observar nos Relatórios posteriores ao de 1990.

Desta maneira, aparecem ao longo dos anos propostas e iniciativas de aprimoramento do cálculo do índice nos novos Relatórios, como, por exemplo, através de sua desagregação, para assim ser possível detectar tensões sociais e possíveis conflitos entre diferentes grupos da população de um mesmo país.

Além dos ajustes no conjunto do IDH, houve também modificações em seus componentes básicos (longevidade, educação e renda), mais especificamente nos indicadores dos dois últimos.

Como coloca o próprio Amartya Sen no Relatório de 1999, o IDH é

inevitavelmente um índice imperfeito, não deve ser visto como outra coisa que não seja um movimento introdutório para se conseguir o interesse das pessoas pelo rico conjunto de informação que está presente no Relatório do Desenvolvimento Humano (SEN apud PNUD, 1999: 23).

Não obstante, o IDH tem sido utilizado principalmente para estimular o debate político nacional, dar prioridade ao desenvolvimento humano, realçar desigualdades entre os países, abrir novos caminhos de análise e estimular o diálogo nas políticas de ajuda internacional.

Entretanto, recobrando a nossa reflexão a respeito do desenvolvimento como forma de imposição de um modelo de sociedade, e portanto como forma de dominação, podemos dizer que o IDH não deixa de ser mais um instrumento para tanto, e isso levando-se em conta todo o histórico do debate sobre o desenvolvimento e o momento internacional em que o IDH aparece.

A conjuntura internacional que se estabelecia a partir do fim da Guerra Fria indicava a construção de uma nova ordem internacional baseada no estreitamento das relações entre os países e a conseqüente criação de uma unanimidade no campo dos valores, principalmente no que se referia a temas como meio-ambiente, direitos humanos, desenvolvimento social, etc. Tal movimento foi considerado de retomada,

por parte da agenda internacional, dos temas sociais, que tinham ficado em segundo plano em função das preocupações que o período anterior tinha com segurança e paz internacional.

Entretanto, através de uma análise mais indagativa de tal movimento, fica claro que quem conduzia (e na verdade sempre conduziu) a criação dos valores considerados “universais” eram as grandes potências, sobretudo os Estados Unidos, que despontavam no cenário internacional como superpotência mundial e tinham interesses já antigos de determinar e controlar o modo através do qual os países deveriam orientar-se.

Logo, podemos inclusive aventurar-nos a dizer que a chamada retomada dos temas sociais na agenda internacional é, com efeito, uma forma disfarçada de preocupação com segurança internacional, uma vez que se enfatizava muito que a incentivada aproximação dos países diminuiria os conflitos gerados por suas diferenças, além da busca por entendimentos universais, e a cooperação internacional era apontada não só como forma de promoção do desenvolvimento dos países e solução de seus problemas, mas também como forma de salvaguardar a paz e a segurança internacional (HURRELL, 1999).

A circulação de idéias e valores promovida pelo novo momento internacional poderia servir tanto para os propósitos de cooperação internacional e troca de experiências entre os países, a fim de promover seu desenvolvimento e seu melhor entendimento em relação às suas questões sociais; como também contribuir para a formação de grupos que questionassem a ordem vigente e se organizassem para além das fronteiras de seus países, o que poderia representar uma ameaça à superpotência hegemônica.

Desta forma, tal movimento deveria ser orientado, para justamente não incidir nesta última possibilidade, que, como já foi dito anteriormente, ameaçava a segurança da superpotência e conseqüentemente a paz internacional. Discutir temas sociais e propor a criação de valores universais, compartilhados por todos e assumidos como próprios de todo e cada país não deixava de ser então uma forma velada de preservar a ordem e garantir a segurança internacional, que eram de grande interesse para os Estados Unidos. Por conseguinte, a segurança, na realidade, nunca deixou de ser o tema principal na agenda.

Logo, é possível constatar, a partir desta reflexão, que, apesar de representarem uma grande contribuição para o debate sobre desenvolvimento e para o aprimoramento dos dados estatísticos a respeito dos países, tanto o conceito de desenvolvimento humano da ONU como o seu Índice de Desenvolvimento Humano trazem em sua formulação e aplicação a reprodução (ainda que para muitos de forma pouco explícita) das relações de poder dentro da sociedade internacional.

Sem poder aprofundar, nos limites desta dissertação, principalmente depois da incorporação de diversos setores progressistas do tema do desenvolvimento sustentável, como decorrência das proposições do desenvolvimento humano (como foi explicitado), é preciso lembrar de atuações locais e globais que perseguem uma outra concepção de desenvolvimento.

Por uma parte, as manifestações coletivas de protestos contra a globalização neoliberal, e lutando por uma globalização contra-hegemônica, em eventos das citadas agências multilaterais e reuniões dos países ricos (G 8, Davos), na quais as ONGs têm tido um papel essencial; por exemplo, nas manifestações de Seattle, Gênova, Praga, Washington,

Davos, Porto Alegre etc. E o Fórum Social Mundial, com seu slogan “Um outro mundo é possível”, que reúne milhares de participantes de todas as regiões do globo, agora descentralizadas por fóruns continentais, regionais, nacionais e locais, no qual são analisadas inúmeras práticas econômicas, políticas, culturais e sociais.

Por outra parte, por um inúmero conjunto de iniciativas, de base predominantemente local, mas que se disseminam por diversas latitudes, na busca de projetos alternativos, do tipo: economia solidária, orçamento participativo, Banco do Povo, bolsa-família, renda mínima, conselhos gestores (experiência brasileira, formalizada na Carta Constitucional de 1988, que atua em frentes diversas – saúde, educação, habitação, criança e adolescente etc. – com sua marca de ser paritária, incluindo representantes do Estado e da Sociedade Civil), e outras mais. Todas, em princípio, objetivando uma sociedade mais justa e humana, o que requer meios e mecanismos adequados de superação do capitalismo e formatos inovadores de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. *La Economía Del Subdesarrollo*. Madrid: Tecnos, 1963.

ALDANA, R. S. *Dialética do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ALKIRE, S. Dimensions of human development. *World Development*, Washington, v. 30, n. 2, p. 181-205, 2002.

ALVES, J. A. L. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências*. Brasília: IBRI, 2001.

AMIN, S. *Imperialismo e Desenvolvimento Desigual*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

ARRIGHI, G. *Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BARRE, R. Le Développement Économique: Analyse e Politique. *Cahiers de l'ISEA*, n. 66, Paris, abril 1958.

BOCAYUVA, P. C. C. Entrevista. *Proposta*, n. 73, julho-agosto, p. 48-56, 1997.

CALDERÓN, F. Potenciar la sociedad para fortalecer el desarrollo: Una perspectiva crítica del Desarrollo Humano desde la experiencia latinoamericana. In: *PNUD Bolivia*, s/d.

CARDOSO, A. L. Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas. *Proposta*, n. 77, julho-agosto, p. 42-53, 1998.

CARDOSO, F. H. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CEPAL. *El Desarrollo Social de América Latina en la Posguerra*. Solar Hachete, 1964.

CENTRO LATINOAMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS. *Situação Social da América Latina*. Rio de Janeiro: Lux, 1965.

CLARK, C. *Les Conditions du Progrès Économique*. Paris: PUF, 1960.

CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO: *Projetos estratégicos alternativos para o Brasil*. Rio de Janeiro: FASE/FUJB, 1995.

CÓRDOVA, A. Definición y morfología del atraso económico. *Economía y Ciencias Sociales*, ano V, n. 3, Universidade Central da Venezuela, Caracas, julho-setembro, 1955.

CORREA, S. A perspectiva de desenvolvimento, o ciclo social de conferências das Nações Unidas e a iniciativa do Observatório da Cidadania. *Proposta*, n. 73, julho-agosto, p. 38-41, 1997.

COSTA, T. C. N. A. Considerações teóricas sobre o conceito de indicador social: uma proposta de trabalho. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 36, n. 142, 1975.

COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.

ECHEVERRÍA, J. I. Conexión y desconexión entre economía y desarrollo humano. In: GUTIERREZ, G. et al. *El Rostro de Dios en la Historia*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Instituto Bartolomé de las Casas, Centro de Estudios y Publicaciones, 1996.

EUZEBY, A. O desenvolvimento humano, objetivo final do desenvolvimento econômico. S/d, mimeo.

FONSECA JÚNIOR., G. e CASTRO, H. N. de (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FONTES, V. A reflexão histórica e o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. *Proposta*, n. 73, julho-agosto, p. 5-6, 1997.

FURTADO, C. *O Brasil Pós-“Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

GANNAGÉ, E. *Économie du Développement*. Paris: PUF, 1962.

GILL, R. T. *Introdução ao Desenvolvimento Econômico*. Lisboa: Clássica LCE, 1965.

GUNDER FRANK, A. *Capitalism and Underdevelopment in Latin América: Historical Studies of Chile and Brazil*. NY: Monthly Rewiew Press, 1967.

HAGEN, E. E. *As Origens do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fórum, 1969.

HALLIDAY, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Tradução: Cristina Soreanu Pecequilo. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HIRSCHMAN, A. O. Ascensão e declínio da economia do desenvolvimento. *Dados*, vol. 25, n. 1, p. 5-24, 1982.

HOSELITZ, B. F. *Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

HURRELL, A. Sociedade internacional e governança global. *Lua Nova*, n. 46, p. 55-75, 1999.

JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KAYANO, J. e CALDAS, E. Indicadores para o diálogo. In: SPINK, P; BAVA, S. C.; PAULICS, V. (orgs.). *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002.

KINDLEBERGER, C. P. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

LAFER, C. e FONSECA JR., G. Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (Notas analíticas e algumas sugestões). In: FONSECA JÚNIOR., G. e CASTRO, H. N. de (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LERNER, D. *The Passing of Traditional Society*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1958.

LEWIS, W. A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

Mc CLELLAND, D. C. *La Sociedad Ambiciosa, Factores Psicológicos en el Desarrollo Económico*. Madrid: Guadamarra, 1968.

MEIER, G. M. e BALDWIN, R. E. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MIQUEL, C. A. O Índice de Desenvolvimento Humano: Uma proposta conceitual. *Proposta*, n. 73, julho-agosto, p. 10-19, 1997.

MOORE, W. E. *Cambio Social*. México: UTEHA, 1966.

MORAES, R. C. C. de. Nota sobre a economia do desenvolvimento nos 'vinte e cinco gloriosos' do pós-Guerra. *Cadernos Cedec*, São Paulo, julho de 2005.

_____. Reformar países atrasados, missão recorrente dos civilizadores. Relatório de Pesquisa Fapesp, 2005a, mimeo.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

NURKSE, R. *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PERRONE-MOISÉS, C. Direitos humanos e desenvolvimento: a contribuição das Nações Unidas. In: AMARAL JÚNIOR, A. do; PERRONE-MOISÉS, C. (orgs.). *O Cinquentenário da Declaração dos Direitos do Homem*. São Paulo: EDUSP, 1998.

PNUD. *Human Development Report 1990*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990.

_____. *Informe sobre Desarrollo Humano 1993*. Madrid: Centro de Comunicación, Investigación y Documentación entre Europa, España y América Latina (CIDEAL), 1993.

_____. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*. Lisboa: Tricontinental Editora, 1994.

_____. *Human Development Report 1995*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*. Lisboa: Trinova Editora, 1999.

PNUD/IPEA. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1996.

PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. *El Trimestre Económico*, México, vol. L (2), no. 198, p. 1077-1095, abril-junho 1983.

ROMÃO, M. C. Uma proposta de extensão do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. *Revista de Economia Política*, vol. 13, n. 4, p. 97-111, outubro-dezembro/1993.

ROSTOW, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*. São Paulo: CEBRAP, 1970.

SCHULTZ, T. W. *A Transformação da Agricultura Tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

UNESCO. *Aspectos Sociales del Desarrollo Económico*, 1962.

UNESCO, ECHAVARRÍA, J. M. e DE VRIES, E. (orgs.). *Aspectos Sociales del Desarrollo Económico en América Latina*. Paris, 1962.

VIOTTI, P. R. e KAUPPI, M. V. *International Relations Theory – Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. Boston: Allyn and Bacon, 1999.

WANDERLEY, L. E. W. O Plano Trienal (1963-1965) e o desenvolvimento no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1972.

ANEXO

Relatórios do Desenvolvimento Humano

Desde o lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano 1990, cujo intuito foi apresentar à sociedade internacional a concepção de desenvolvimento humano da ONU e sua forma de medição, qual seja, o Índice de Desenvolvimento Humano, os Relatórios posteriores evidenciaram, cada um, questões mais específicas ligadas ao desenvolvimento humano anunciadas antecipadamente já no primeiro Relatório.

Desta maneira, os Relatórios publicados anualmente a partir de 1990 tinham como temas, por exemplo, o financiamento para o desenvolvimento, a participação popular no processo de desenvolvimento, segurança humana, gênero e desenvolvimento, dentre outros.

Assim, todos os anos, desde o seu lançamento, os Relatórios têm procurado tratar de diferentes temas e introduzir novas abordagens para os mesmos. Além disso, tais relatórios têm como objetivo também apresentar recomendações práticas aos países, no que se refere à sua ação nacional e internacional.

Apresentamos abaixo um resumo de cada um dos Relatórios lançados a partir de 1991.

Relatório do Desenvolvimento Humano 1991 – Financiamento para o desenvolvimento humano

O Relatório faz um exame das possibilidades de reestruturação dos orçamentos nacionais como forma de reduzir os gastos militares e com empresas públicas dispendiosas, e dar prioridade ao investimento na educação básica e na saúde. O Relatório conclui que o mundo tem uma enorme oportunidade de aumentar o investimento no desenvolvimento humano, inclusive com os recursos já existentes.

Relatório do Desenvolvimento Humano 1992 – Os mercados mundiais e a satisfação das necessidades humanas

O Relatório concentra-se na análise dos mercados mundiais e como os mesmos satisfazem ou deixam de satisfazer as necessidades humanas, e sugere que os países em desenvolvimento invistam em sua própria população para aumentar sua capacidade competitiva nos mercados internacionais. Além disso, o Relatório considera prioritário levar a cabo tanto um dismantelamento radical das barreiras existentes ao comércio, como uma grande reforma das Nações Unidas e das instituições de Bretton Woods, de modo a se estabelecer uma nova visão da cooperação internacional para o século 21.

Relatório do Desenvolvimento Humano 1993 – Participação popular

O Relatório aborda o tema da participação popular como um processo cuja forma e alcance variam de acordo com o desenvolvimento de cada país, e sustenta que a participação popular deve converter-se no objetivo central de todas as dimensões da vida humana.

Relatório do Desenvolvimento Humano 1994 – Uma agenda para a Cúpula Social

O Relatório concentra-se no debate sobre um programa concreto de medidas de escalas nacional e mundial sobre os elementos constitutivos de uma nova ordem mundial centrada nas pessoas, debate a ser realizado na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 1995. O Relatório também indica que para se enfrentar o desafio da segurança humana é necessário um novo modelo de desenvolvimento e um novo projeto de cooperação para o desenvolvimento.

Relatório do Desenvolvimento Humano 1995 – A revolução para a igualdade de gênero

A mensagem principal do Relatório é que o desenvolvimento humano só é possível se for considerada a igualdade de gênero. O Relatório sustenta que, neste sentido, é necessária uma intervenção governamental, através

de reformas políticas e ações afirmativas que viabilizem oportunidades iguais a para homens e mulheres.

Relatório do Desenvolvimento Humano 1996 – Crescimento econômico e desenvolvimento humano

O Relatório argumenta que o crescimento econômico, se não for propriamente administrado, pode ser prejudicial para o desenvolvimento humano, uma vez que a qualidade do crescimento é tão importante quanto a diminuição da pobreza, o desenvolvimento humano e a sustentabilidade. O Relatório conclui que as associações entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano devem ser deliberadamente construídas e regularmente fortalecidas pela administração política. Entretanto, para que isso seja realmente possível, novos padrões de crescimento precisam ser desenvolvidos e sustentados no século 21, e novos mecanismos devem ser desenvolvidos para integrar os países pobres na economia global.

Relatório do Desenvolvimento Humano 1997 – Desenvolvimento humano para erradicar a pobreza

O Relatório argumenta que erradicar a pobreza em todos os lugares é mais do que um imperativo moral, é uma possibilidade prática, e indica há recursos e conhecimento suficientes para a criação de um mundo livre de pobreza. O Relatório coloca em evidência não apenas a pobreza de renda, mas a pobreza a partir da perspectiva do desenvolvimento humano, ou

seja, a pobreza como uma negação das oportunidades e opções para uma vida digna. As estratégias propostas no Relatório vão além da distribuição de renda, apresentando também ações em relação à igualdade de gênero, à globalização e à governança democrática.

Relatório do Desenvolvimento Humano 1998 – Padrões de consumo para o desenvolvimento humano

O Relatório faz uma reflexão sobre a capacidade de os líderes e as pessoas de um modo geral de buscar e alcançar mais igualdade e mais progresso humano no século 21, ante os altos níveis de consumo e produção no mundo, o poder e o potencial da tecnologia e da informação, e as grandes oportunidades do presente.

Relatório de Desenvolvimento Humano 1999 – Globalização com uma face humana

O Relatório trata da crescente interdependência das pessoas no mundo globalizado. Os mercados, a tecnologia, as idéias e a solidariedade globais podem enriquecer a vida das pessoas em todos os lugares, porém o desafio é assegurar que seus benefícios sejam compartilhados de maneira igual por todos e que esta crescente interdependência esteja a favor das pessoas, e não apenas em função do lucro. O Relatório argumenta que a globalização não é um fenômeno novo, mas que a atual era da globalização, guiada pelos mercados globais competitivos, está gerando

grandes repercussões tanto positivas quanto negativas nas vidas das pessoas.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2000 – Direitos humanos e desenvolvimento humano - pela liberdade e solidariedade

O Relatório considera os direitos humanos como intrínsecos ao desenvolvimento, e o desenvolvimento como meio para a efetivação dos direitos humanos. Assim, o Relatório indica que para garantir os direitos de todas as pessoas em todos os países, serão necessárias ações e compromissos dos principais atores da sociedade. Ao identificar a luta pelos direitos humanos como algo comum a todos os povos, o Relatório conclui que os avanços no século 21 acontecerão na medida em que sejam enfrentados interesses políticos e econômicos arraigados.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2001 – Fazendo as novas tecnologias trabalharem para o desenvolvimento humano

O Relatório oferece uma análise do potencial da biotecnologia e das Tecnologias de Informação e Comunicação para os países em desenvolvimento. O Relatório sustenta que estas novas tecnologias podem desempenhar um papel central na redução da pobreza mundial e refuta o ponto de vista de que a tecnologia é um luxo para as pessoas dos países ricos. Além de avaliar as realizações tecnológicas de 72 países, o Relatório apresenta uma nova perspectiva sobre temas controversos, como os

alimentos modificados geneticamente, direitos de propriedade intelectual e drenagem de cérebros.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2002 – Aprofundar a democracia num mundo fragmentado

O Relatório celebra o crescimento da democracia no mundo ao longo das últimas décadas, mas alerta para a necessidade de se evitar retrocessos em várias regiões. Ao mesmo tempo, o Relatório defende o aprofundamento da democracia nos âmbitos local, nacional e mundial, através da reforma das estruturas de poder de organismos internacionais, a exemplo de Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. Tal como nos anos anteriores, o Relatório classifica 173 países de acordo com o seu nível de desenvolvimento humano.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 – Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana

O Relatório aborda o fato de o novo século ter se iniciado com uma declaração de solidariedade e uma motivação sem precedentes de livrar o mundo da pobreza. Em 2000, a Declaração do Milênio da ONU determinou que países ricos e pobres devem fazer tudo o que puderem para erradicar a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental. Desta forma, os líderes mundiais comprometeram-se a cooperar para atingir metas concretas de

avanço do desenvolvimento e redução da pobreza até 2015, ou mesmo antes, se possível.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 – Liberdade cultural num mundo diversificado

O Relatório enuncia que para que o mundo atinja os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e erradique a pobreza, tem que enfrentar primeiro, com êxito, o desafio da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas. Fazê-lo com êxito é condição prévia para os países se concentrarem adequadamente em outras prioridades do crescimento econômico, tais como saúde e educação para todos os cidadãos. Sendo assim, o desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2005 – Cooperação internacional numa encruzilhada

O Relatório indica que o desenvolvimento humano não se esgota nos Objetivos do Milênio, mas reconhece que tais metas são uma referência crucial para uma nova ordem mundial mais justa, menos pobre e menos insegura. A cooperação internacional é a forma através da qual é possível atingir estas metas, e a mesma deve basear-se em três pilares: aumento

da ajuda dos países ricos ao desenvolvimento; estabelecimento de regras mais justas para o comércio internacional; e ampliação do conceito de segurança para além das fronteiras nacionais, com a redução dos conflitos armados nas regiões mais vulneráveis, como a África.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil – www.pnud.org.br.